

ANÁLISE SETORIAL

CEREAIS

OUTUBRO DE 2020

Disclaimer

O presente documento de trabalho em desenvolvimento tem como objetivo facilitar a elaboração do Plano Estratégico do PAC pós-2020. As fontes de informação utilizadas estão devidamente identificadas.

ÍNDICE

1. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL.....	4
1.1. PRODUÇÃO E OFERTA MUNDIAL	4
1.2. CONSUMO MUNDIAL	5
1.3. COMÉRCIO MUNDIAL.....	5
2. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO EUROPEU.....	6
2.1. PRINCIPAIS PRODUTORES	7
2.2. BALANÇA COMERCIAL.....	9
3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR EM PORTUGAL	10
3.1. IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DA ATIVIDADE	10
3.2. ESTRUTURA DA PRODUÇÃO.....	12
3.2.1. ÁREA.....	12
3.2.1.1. Milho	14
3.2.1.2. Cereais Praganosos	15
3.2.1.3. Cevada.....	17
3.2.1.4. Arroz	17
3.2.1.5. Evolução e Potencial de Produção de Cereais na Região de Alqueva.....	18
3.2.2. EXPLORAÇÕES	20
3.3. RENDIMENTO DA ATIVIDADE E CUSTOS DE PRODUÇÃO	21
3.3.1. ARROZ.....	21
3.3.2. MILHO.....	24
3.4. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	26
3.5. MERCADO.....	27
3.5.1. CONSUMO E AUTOAPROVISIONAMENTO	27
3.5.2. BALANÇA COMERCIAL E COMÉRCIO INTERNACIONAL	28
3.6. QUALIDADE	29
3.7. EVOLUÇÃO RECENTE DO SETOR.....	31
4. INSTRUMENTOS DE APOIO	33
4.1. PRIMEIRO PILAR DA PAC	33
4.1.1. MEDIDAS DE MERCADO	33
4.1.2. AJUDAS DIRETAS	34
4.3. GESTÃO DE RISCO.....	34
5. ANÁLISE SWOT	35
5.1. Análise interna – Pontos fortes.....	35
5.2. Análise interna – Pontos fracos.....	36

5.3. Análise externa – Oportunidades.....	37
5.4. Análise externa – Ameaças	38

1. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL

NA ÚLTIMA DÉCADA, A OFERTA MUNDIAL DOS CEREAIS TEM ULTRAPASSADO LARGAMENTE O CONSUMO, RESULTANDO NUMA CONTÍNUA ACUMULAÇÃO DE EXISTÊNCIAS E NUMA PRESSÃO SOBRE OS PREÇOS

Segundo a OCDE, após vários anos de condições de mercado relativamente estáveis, os mercados agrícolas mundiais enfrentam hoje riscos acrescidos, incluindo não só a incerteza política resultante das constantes tensões comerciais, como fatores como a cada vez maior propagação de doenças de culturas e animais, a crescente resistência a substâncias antimicrobianas, novas disposições regulamentares sobre técnicas de seleção vegetal, a alteração de hábitos alimentares (Ex: combate à obesidade), bem como a ocorrência de episódios climáticos cada vez mais extremos.

Também a China desempenha cada vez mais um papel importante na incerteza das projeções para a próxima década, uma vez que é detentora de grande parte das existências mundiais de cereais, tendo as suas decisões de política interna de 2016 um forte impacto a nível internacional, em que, por um lado incentiva a redução do nível de *stocks* de trigo e particularmente de milho, e por outro, o aumento da procura de alimentos para animais.

Em termos de perspetivas, a OCDE prevê que até 2028 os preços dos cereais em termos reais deverão continuar a reduzir, já que é expectável um abrandamento da procura e do comércio num quadro de existências abundantes.

1.1. PRODUÇÃO E OFERTA MUNDIAL

A PRODUÇÃO MUNDIAL DE CEREAIS DEVERÁ CONTINUAR A AUMENTAR, EMBORA A UM RITMO INFERIOR AO DA DÉCADA PASSADA

Até 2028 o aumento da produção deve ser de 13%, impulsionada principalmente por ganhos de produtividade resultantes não só da expansão da economia digital, como também da utilização de variedades mais adequadas, da maior mecanização e da melhor utilização de fertilizantes e pesticidas em países da África e da Região do Mar Negro.

Espera-se também um ligeiro aumento de área, principalmente devido não só à extensão de terras agrícolas (África, Federação Russa e América Latina), como também à possibilidade de haver várias colheitas numa única campanha (América Latina) e à conversão de prados em terras aráveis (Índia).

Estima-se o maior aumento de produção no milho (+16,2%), seguido do arroz (+12,6%), do trigo (+11,4%) e dos cereais praganosos (11,3%), prevendo-se que estes últimos apresentem um ritmo de crescimento superior ao da década anterior ancorado principalmente nas produções dos países em vias de desenvolvimento (sobretudo Etiópia) e também na UE.

1.2. CONSUMO MUNDIAL

O CONSUMO DE CEREAIS DEVERÁ CONTINUAR A CRESCER ATÉ 2028 (+14%), EMBORA A UM RITMO INFERIOR AO DA DÉCADA ANTERIOR

Durante a próxima década, a alimentação humana continua a representar a maior fatia do consumo mundial de cereais (42%), seguida pela alimentação animal (37%) e pela utilização industrial (21%).

O abrandamento da procura está relacionado com a menor utilização de cereais para a alimentação animal, particularmente na China. Também a utilização de cereais para biocombustíveis, que foi um dos principais catalisadores do aumento do consumo na década anterior, vai ter um abrandamento em termos globais embora de forma assimétrica consoante as regiões (EUA desce, e sobe no Brasil e China). No que se refere à utilização de cereais para alimentação humana, e muito embora nos países desenvolvidos o consumo de cereais tenha atingido a saturação, nos países em desenvolvimento, nomeadamente África e Ásia em que os cereais são os principais componentes da dieta, o aumento deverá ser elevado devido ao crescimento demográfico.

No trigo, o aumento deverá ser de 13%, continuando o consumo humano a ser a principal utilização (66%), embora a utilização para alimentação animal venha a aumentar principalmente na China, Federação Russa e UE28. A utilização para a produção de biocombustíveis deverá ser apenas de 2% em 2028.

No caso do milho, o crescimento deverá ser de 16%, bastante inferior à década anterior (31%), impulsionado sobretudo pela procura para a pecuária intensiva nos países em desenvolvimento. A utilização de milho para consumo humano deverá crescer anualmente 1,8%, principalmente nos países em desenvolvimento, particularmente na África subsariana.

No arroz também se prevê um aumento de consumo (13%) principalmente nos países asiáticos, continuando a alimentação a ser a principal utilização (produto base em grande parte da Ásia, África, América Latina e América Central).

O consumo dos outros cereais praganosos, único que verificou um progresso ao da década anterior, deverá aumentar em 11%, repartido quase em igual proporção entre alimentação humana (África) e animal (China).

1.3. COMÉRCIO MUNDIAL

O COMÉRCIO MUNDIAL DE CEREAIS DEVERÁ ABRANDAR EM CONSONÂNCIA COM UM MENOR CRESCIMENTO DA PROCURA, EMBORA SE PROJETE UM AUMENTO DE 16% ATÉ 2028

Em termos gerais, e de acordo com a OCDE, o continente Americano, a região do Mar Negro e a Austrália, tal como na década anterior, vão continuar a aprovisionar as regiões circundantes onde a oferta para a alimentação humana e animal é insuficiente.

No trigo, a Federação Russa, que começou a desempenhar um papel importante nos mercados internacionais dos cereais nos últimos anos, tendo mesmo em 2016 ultrapassado a UE enquanto maior exportador mundial de trigo, deverá continuar a consolidar a sua posição e passar a deter cerca de 20% do mercado mundial, seguida pela UE (15%), EUA (13%), Canadá (12%) e Ucrânia (11%). Os 5 principais importadores continuam a ser: Egito, Indonésia, Argélia, Brasil e Filipinas.

No milho os principais exportadores¹ aumentam a sua quota no mercado mundial (91%). Os EUA continuam a liderar o mercado da exportação embora com menor peso resultante dos aumentos do Brasil, da Argentina da Federação Russa e da Ucrânia.

Os principais importadores continuam a ser México, UE, Japão, Coreia e Egito.

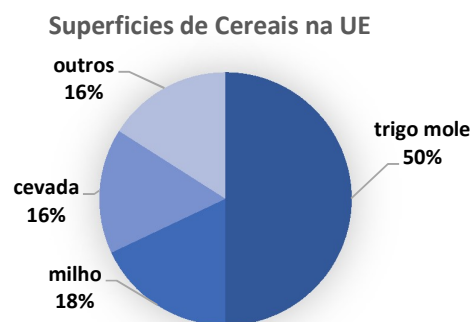
No caso do arroz, é expectável que o aumento que se verificou no comércio mundial durante a última década venha a abrandar, mantendo-se a Índia, Tailândia, Vietname, Paquistão e EUA como os 5 principais exportadores (75% do mercado mundial), prevendo-se que Tailândia venha a liderar e o Camboja e o Mianmar a captarem uma maior participação no mercado mundial de exportação.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO EUROPEU

A União Europeia detém cerca de 21% da produção mundial de trigo, 41% de cevada e apenas 4% no milho. Já no caso do arroz, a UE não é um dos principais *players*, representando apenas 3% da produção mundial.

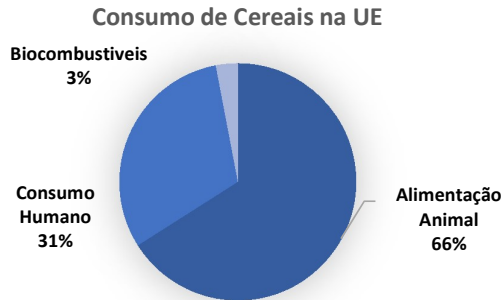
As culturas arvenses representam em média 45% (80 milhões de ha) do total de SAU, as pastagens permanentes cobrem um terço (60 milhões de ha), as forragens 12% (21 milhões de ha), as culturas permanentes 6% (11,5 milhões de ha) e o pousio 4%.

O trigo ocupa mais de metade da área de cereais. Os restantes 50% são repartidos em partes semelhantes por milho, cevada e mistura de cereais (aveia, espelta e centeio)².



¹ Argentina, Brasil, Ucrânia e EUA

²https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/plants-and-plant-products/plant-products/cereals_en



Dois terços da produção de cereais é utilizada em alimentação animal, um terço em alimentação humana e apenas 3% em biocombustíveis.

A PRODUÇÃO DE CEREAIS VAI CONTINUAR A CRESCER DURANTE A PRÓXIMA DÉCADA EMBORA A UM RITMO MAIS MODERADO, BASEADA EM GANHOS DE PRODUTIVIDADE, NUMA ÁREA (176 MILHÕES HA EM 2030) INFERIOR À DA DÉCADA ANTERIOR (COM TENDÊNCIAS MISTAS CONSOANTE OS CEREAIS³)

Os maiores ganhos de produtividade são esperados na UE 13 por alterações estruturais resultantes da mecanização, por outro lado, na UE 15 apenas um aumento marginal da produtividade é expectável, atendendo não só aos já elevados níveis de rendimento, como também à ocorrência cada mais frequente de eventos meteorológicos extremos. Igualmente a cada vez mais exigente regulamentação sobre a utilização de fitofármacos e à crescente procura de cereais biológicos colocam restrições adicionais a aumentos de produtividade na UE 15.

Segundo a OCDE, o aumento da produção (325 milhões t em 2030), tem por base um pequeno aumento na procura, milho em especial, e na exportação (trigo e cevada) e um aumento moderado nas utilizações industriais (60% do aumento do consumo) que, embora representem ainda uma pequena fatia das utilizações (15%), desempenham um papel cada vez mais importante e dinâmico na procura de cereais.

Transversalmente na UE é expectável uma maior utilização da agricultura de precisão que, ao reduzir e utilizar mais racionalmente os fitofármacos e os pesticidas, tem um impacto positivo quer na produtividade das culturas, quer no rendimento dos agricultores ao verem ser reduzidos os seus custos de produção. Também a expansão do regadio pode vir a contribuir para que os impactos negativos das alterações climáticas em matéria de produtividade possam ser atenuados.

2.1. PRINCIPAIS PRODUTORES

FRANÇA DETÉM A MAIOR ÁREA DE CEREAIS (17%), SEGUIDA PELA POLÓNIA (14%), PELA ALEMANHA E ESPANHA AMBOS COM 11%

³ O trigo mole e os cereais secundários deverão registar os maiores aumentos (18 e 14%), enquanto no milho e na cevada os aumentos podem ser de apenas 9 e 8%; no trigo duro e no arroz pelo contrário deverá verificar-se uma redução de 2% e 3% respetivamente.

A produção de trigo mole é em média de 142 milhões de toneladas, sendo FR, DE e RU responsáveis por cerca de metade da produção europeia (com 26, 17 e 10% respetivamente). A restante produção esta distribuída por quase todos os EM, exceto Malta e Chipre.

O milho com uma produção média de 65 milhões de toneladas, ao contrário do trigo não é produzido em todo o território comunitário⁴, estando cerca de 60% da produção concentrada em FR, RO, HU e IT; em termos de produtividade verifica-se uma diferença significativa entre a UE15 e a UE10 (10 e 7t/ha respetivamente), sendo que apesar disso a RO por ganhos de produtividade (de 3 a 6 t/ha desde Adesão passou ser o primeiro produtor europeu, ultrapassando FR.

No caso do trigo duro, a UE produz anualmente cerca de 4.200 milhões t sendo Itália responsável por cerca de metade da produção europeia (49%) seguida por França (21%), Grécia (13% e ES (11%).

De acordo com a OCDE; em 2030, os quatro principais países produtores de cereais (França, Alemanha, Reino Unido e Roménia) deverão representar cerca de 55% da produção da UE, e vão continuar a ser exportadores líquidos significativos ao nível da União. Outros países produtores de cereais (Polónia, Espanha, Hungria e Itália) deverão contribuir apenas com cerca de 23% para a oferta UE (65 milhões de toneladas) e são importantes importadores líquidos de cereais em 2030 (por 17 milhões de toneladas).

A ÁREA DE ARROZ NA UE OCUPA CERCA DE 430.000 HA

Cerca de metade da área semeada de arroz na UE localiza-se Itália. Espanha, que é também um importante país produtor detém cerca de um quarto da área total, seguido por Portugal e pela Grécia e, em menor escala, por França.

A produção europeia de arroz em casca, 2,9 milhões (a que corresponde 1,7 em equivalente branqueado) assegura cerca de dois terços do consumo (2,7 milhões t equivalente branqueado) sendo o restante garantido por importações do continente Asiático⁵. A UE exporta apenas uma pequena quantidade (6,5% da produção).

A maior parte do arroz produzido na UE é da sub espécie Japonica (75%) e é consumido preferencialmente nas regiões do Sul. Os restantes 25% são da sub espécie Indica, e destina-se sobretudo a abastecer o mercado dos países do norte da Europa.

As importações de arroz Índica têm vindo a crescer acentuadamente⁶ desde 2011 decorrente da entrada em vigor do acordo Tudo Menos Armas (EBA) 2009.

Os principais importadores são Reino Unido (12%) e França (8%) que importam principalmente Basmati da Índia, Paquistão, e em menor escala, os Países Baixos e a Alemanha.

ATÉ 2030 PERSPETIVA-SE UM AUMENTO DE CONSUMO (4%) E DE IMPORTAÇÕES (11%) E UMA REDUÇÃO NA ÁREA (2,3%)

⁴ Não tem produção: DK, EE, IE, CY, LV, LT, LU, MT, FI, SE e RU

⁵ Índia (23%), Camboja (19%) e Tailândia (17%)

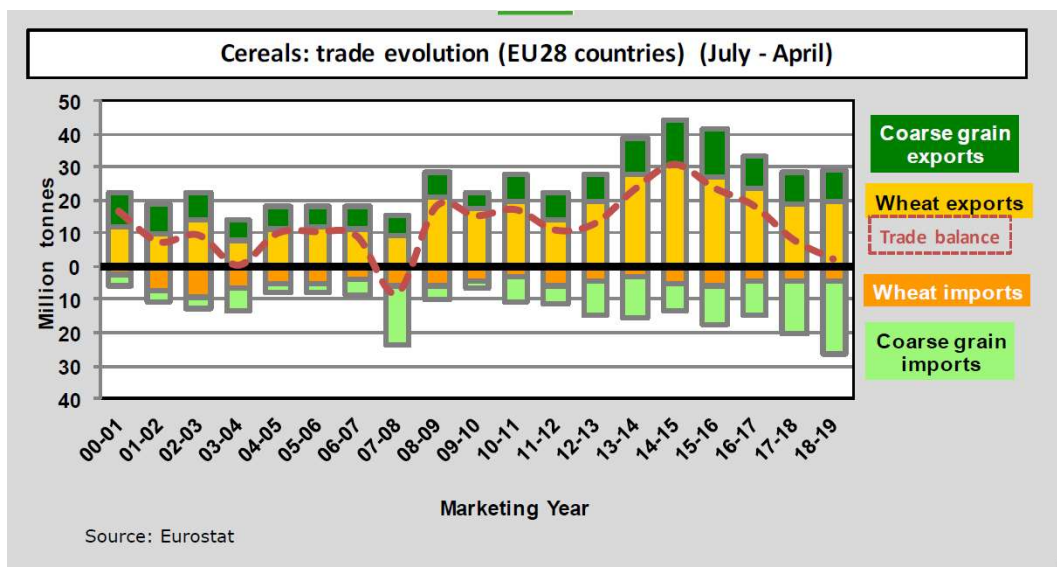
⁶ As exportações do Camboja e Mianmar aumentaram 85% entre 2012 e 2017

De acordo com a OCDE, a área de arroz na UE deverá diminuir ligeiramente (420.000 ha em 2030) devido às restrições agroclimáticas e à forte concorrência de outros usos agrícolas; pelo contrário, o consumo de arroz deve aumentar (2,8 milhões toneladas até 2030), resultante de alteração para dietas mais diversificadas, incluindo alimentos sem glúten e preferências culturais étnicas. Este aumento do consumo deverá ser suportado por aumentos sistemáticos das importações (1,1% p.a.) com origem principal dos EBA, que passam a deter 60% do total das importações.

2.2. BALANÇA COMERCIAL

A UE, ENQUANTO TRADICIONAL EXPORTADORA LÍQUIDA DE CEREAIS⁷ TEM VINDO A VERIFICAR UMA TENDÊNCIA DECRESCENTE NO SALDO DA SUA BALANÇA COMERCIAL

Desde a campanha 2014/15 que o saldo da balança comercial na UE tem vindo a diminuir, com reduções nas exportações, principalmente de trigo mole, e a Federação Russa a conquistar os mercados de exportação franceses substituindo-se à UE enquanto líder mundial de exportação de trigo.



Também as importações durante a campanha 2018/19 foram um terço superiores à média dos últimos cinco anos, principalmente no caso do milho, passando a UE a ser a principal importadora mundial de milho. As principais origens de importação continuam a ser a Ucrânia, o Brasil, o Canadá os EUA e a Rússia com a Ucrânia e o Brasil a aumentaram a sua quota de participação no mercado comunitário, particularmente no caso do milho. No que respeita às exportações os países do norte de africa continuam a ser os destinos preferenciais com a Argélia e a Arábia Saudita nas posições cimeiras.

Para a próxima década, a Comissão estima uma alteração desta tendência, já que as projeções são positivas para as exportações de trigo (especialmente para a região mediterrânica e africa subsariana, apesar de competição crescente com a região do Mar Negro), bem como para as da cevada, que deverão

⁷ Exceto 2007/08 - crise das matérias-primas

igualmente aumentar embora mais moderadamente, mantendo-se a China e a Arabia Saudita os principais destinos.

No que se refere às importações, é expectável uma estabilização já que o aumento previsto para a produção do milho deve absorver o aumento da procura.

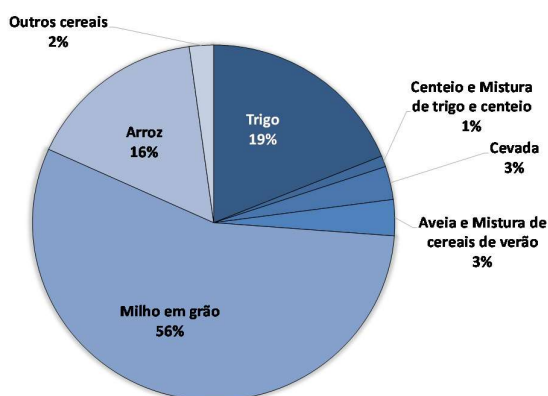
Segundo a OCDE, durante o período 2018-30 os preços dos cereais deverão permanecer razoavelmente estáveis - 168-180€/t, devido a um aumento da produção e a um crescimento apenas moderado do consumo.

3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR EM PORTUGAL

3.1. IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DA ATIVIDADE

Os cereais representam, atualmente, 3,5% da produção agrícola nacional, constituindo o milho em grão a componente com maior peso na produção de cereais (56%), seguida do trigo (19%) e do arroz (16%).

Estrutura da produção de cereais (média 2015/16/17P) (%)



P – valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura, INE.

Data de atualização da informação: dezembro de 2017

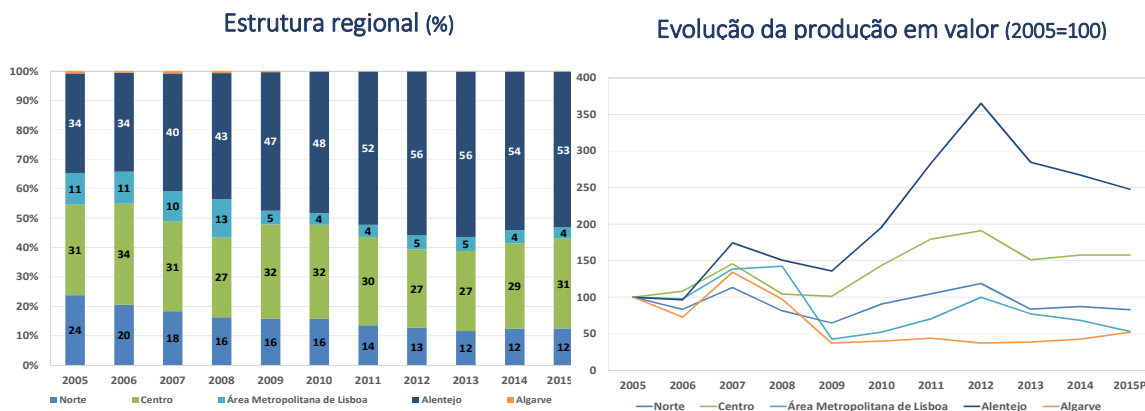
Em termos regionais, a produção de cereais destaca-se na região do Alentejo (63%) seguida da região Centro (22%), não tendo os pesos regionais variado de forma significativa desde 2005. Contudo, relativamente à produção de milho em grão, o Alentejo⁸, que ocupava uma posição similar à da região Centro (34%) em 2005, passou a representar mais de metade da produção deste cereal (51%) em resultado sobretudo do desenvolvimento da área de influência do Alqueva.

Em relação ao trigo, o Alentejo surge mais uma vez em destaque com 84% da produção. No que respeita ao arroz, a situação não é muito diferente dos restantes cereais, com o Alentejo a representar 66% da

⁸ A NUT II Alentejo inclui a NUT III Lezíria do Tejo, para além das NUT III Alto Alentejo, o Alentejo Central, o Alentejo Litoral e o Baixo Alentejo (ver Caixa 1)

produção, sendo de salientar a maior representação da área metropolitana de Lisboa na produção de arroz (7% em 2005 face a 16% em 2015).

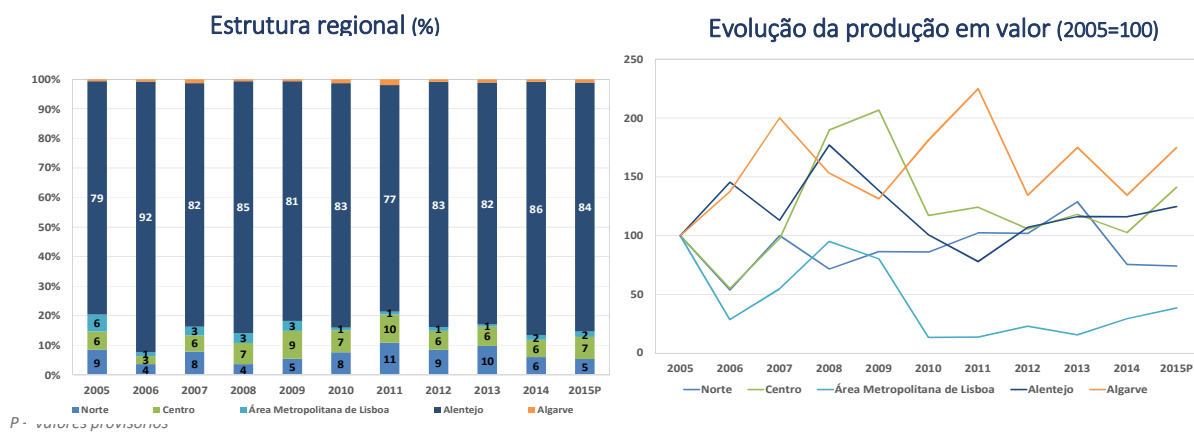
Estrutura regional e produção de milho em grão por NUT II



P – valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura Regionais, INE.
Data de atualização da informação: dezembro de 2016

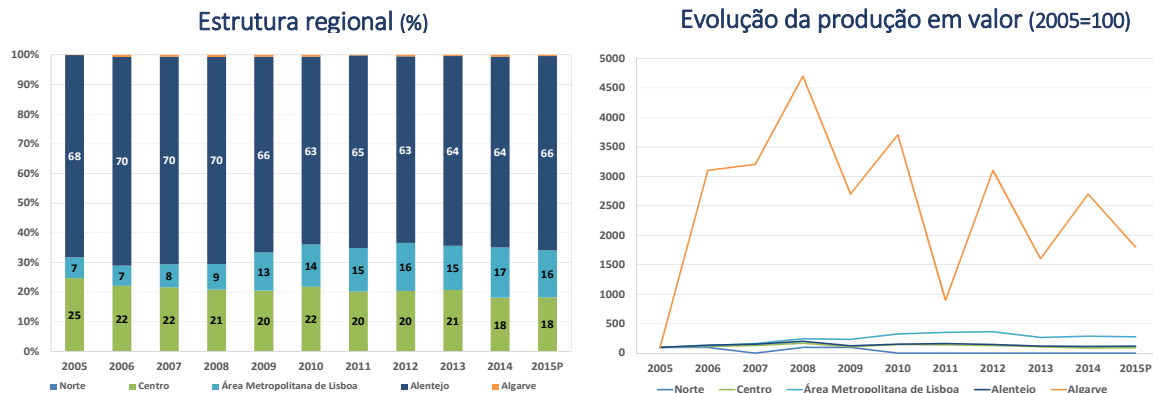
Estrutura regional e produção de trigo por NUT II



P – valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura Regionais, INE.
Data de atualização da informação: dezembro de 2016

Estrutura regional e produção arroz por NUT II



P – valores provisórios

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura Regionais, INE.
Data de atualização da informação: dezembro de 2016

3.2. ESTRUTURA DA PRODUÇÃO

3.2.1. ÁREA

No que respeita à área total de cereais para grão, de acordo com os dados do INE (Estatísticas de produção vegetal), a região do Alentejo representa 46% do total nacional, seguida do Ribatejo e Oeste (17%) e Beira Litoral (12%).

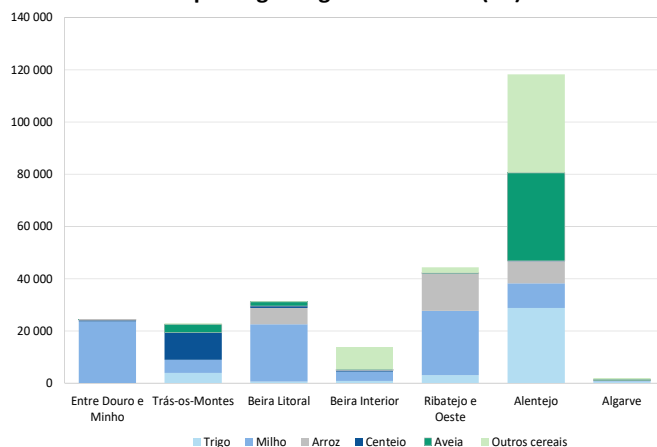
Analisando por cultura, verifica-se que o Alentejo, que é a região mais representativa em termos de área no que respeita aos praganosos (95 % trigo duro nacional, 73% trigo mole, 80 % aveia, 89% cevada), representa apenas 12% do total nacional da área de milho regadio.

Por outro lado, no Ribatejo e Oeste que representa apenas 17% da área total nacional de cereais, inclui 30% da área total de milho nacional, sendo esta a cultura que ocupa maioritariamente esta região (54% do total de cereais da região). Nesta região é ainda de destacar a cultura do arroz, que ocupando 32% da área de cereais da região, representa cerca de 50% da área nacional de arroz.

Na Beira Litoral existe igualmente um grau de especialização elevado, com o milho a representar 70% da área de cereais desta região, correspondendo a quase 25% da área nacional desta cultura. Por sua vez, o arroz representa 20% da área de cereais desta região.

Por fim, em Entre Douro e Minho é de assinalar o predomínio da cultura do milho (97% da área de cereais), e em Trás-os-Montes a importância do centeio, cultura que ocupa metade da área de cereais da região (60% do total nacional desta cultura).

Superfície dos cereais por região agrária em 2016 (ha)



Fonte: GPP a partir de Estatísticas da produção vegetal INE

A cultura dos cereais em Portugal sofreu alterações profundas nas últimas décadas, nomeadamente no seguimento da adesão de Portugal à CEE e a consequente integração na PAC, cujo impacto se deu sobretudo a partir de 1991, após o final da etapa de transição.

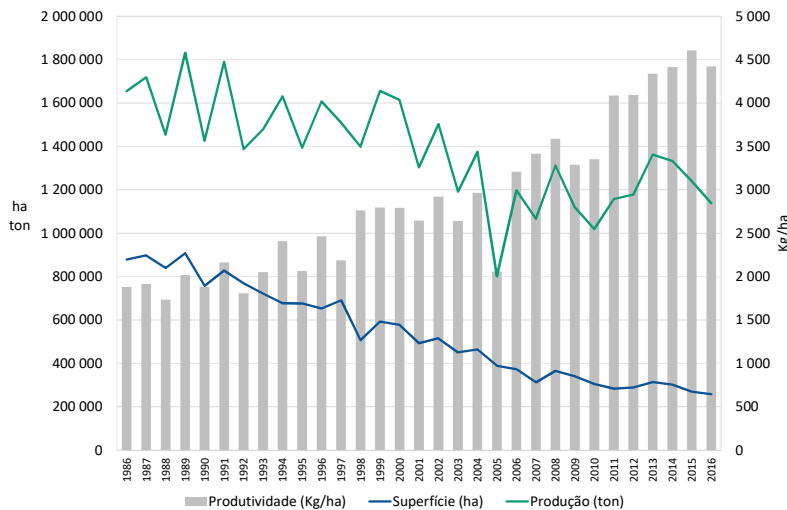
A superfície cultivada com cereais ocupava, no final dos anos 80, cerca de 900 mil hectares, aproximadamente 10% do território nacional. Essa área tem vindo gradualmente a diminuir, a maior parte convertida em pastagens, sendo, em 2016, de 257 mil hectares.

Especificamente, na última década, a área de cereais reduziu-se em mais de um terço (130 mil hectares). O Alentejo foi a região em que se verificou a maior redução, 87 mil hectares, correspondente a 66%, mais de metade da redução da área total, seguido por Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho com quebras respetivas de 11 e 7%.

A produção também diminuiu, embora de modo menos pronunciado, de 1,65 milhões de toneladas para 1,14 milhões de toneladas, no período 1986-2016, em resultado dos acréscimos de produtividade.

Esta evolução foi transversal às várias regiões portuguesas. Em 2016, continua a verificar-se que o Alentejo e o Ribatejo e Oeste são as regiões que produzem em conjunto cerca de 70% do total dos cereais, (Alentejo com 388.471 e Ribatejo 393.636 toneladas em 2016), correspondendo a uma ocupação da área total em 2016 (257.347 hectares) de 46% e 17% respetivamente.

Superfície, produção e produtividade dos cereais em Portugal

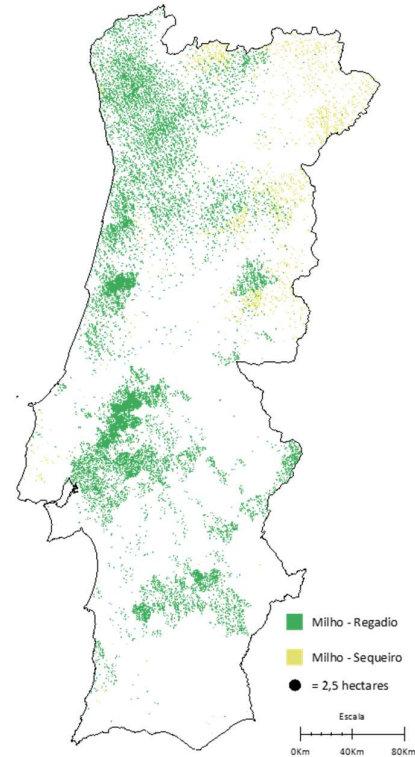


Fonte: INE

3.2.1.1. Milho

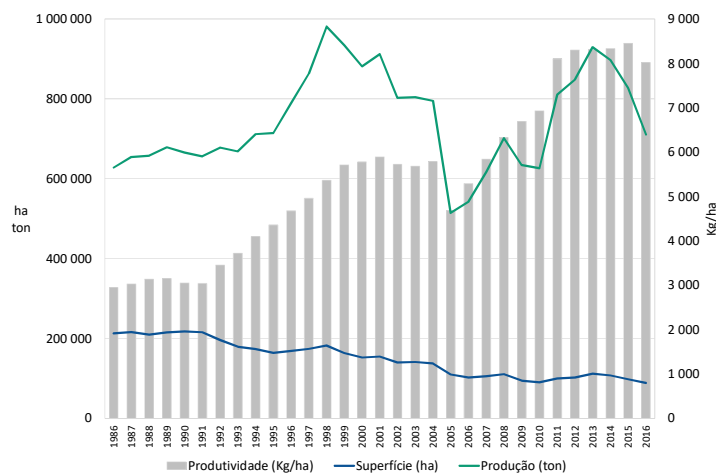
A superfície cultivada com milho grão ocupava, no final dos anos 80, mais de 200 mil hectares, tendo vindo gradualmente a diminuir, assumindo, em 2016, uma área inferior a 90 mil hectares. No entanto, o milho de regadio, apresentou na última década uma evolução diferenciada, com um crescimento a partir de 2010, em que se atingiu o pico de 101 mil hectares em 2013, a data a partir da qual se verificou uma redução fruto da conjugação de vários fatores, nomeadamente preços baixos no mercado mundial (quebra superior a 30% desde 2014⁹), obrigação de diversificação cultural para cumprimento do *greening* e condições climáticas nem sempre adequadas à cultura. Assim, entre 2013 a 2016 a área reduziu cerca de 23 mil hectares, com grande incidência na Beira Interior e Trás-os-Montes (>40%) Entre Douro e Minho e Beira Litoral (>20%) e no Algarve onde a área se pode considerar praticamente residual (190 hectares), com exceção do Alentejo em que houve um aumento (7%). Há ainda a referir o caso particular do milho forrageiro que representa uma área estável de cerca de 80 mil hectares intimamente associada à bovinicultura leiteira onde assume um papel relevante na alimentação do efetivo.

Figura 1 - Dispersão do milho grão no território do Continente



Fonte: GPP a partir de PU 2016

Superfície, produção e produtividade do milho grão em Portugal



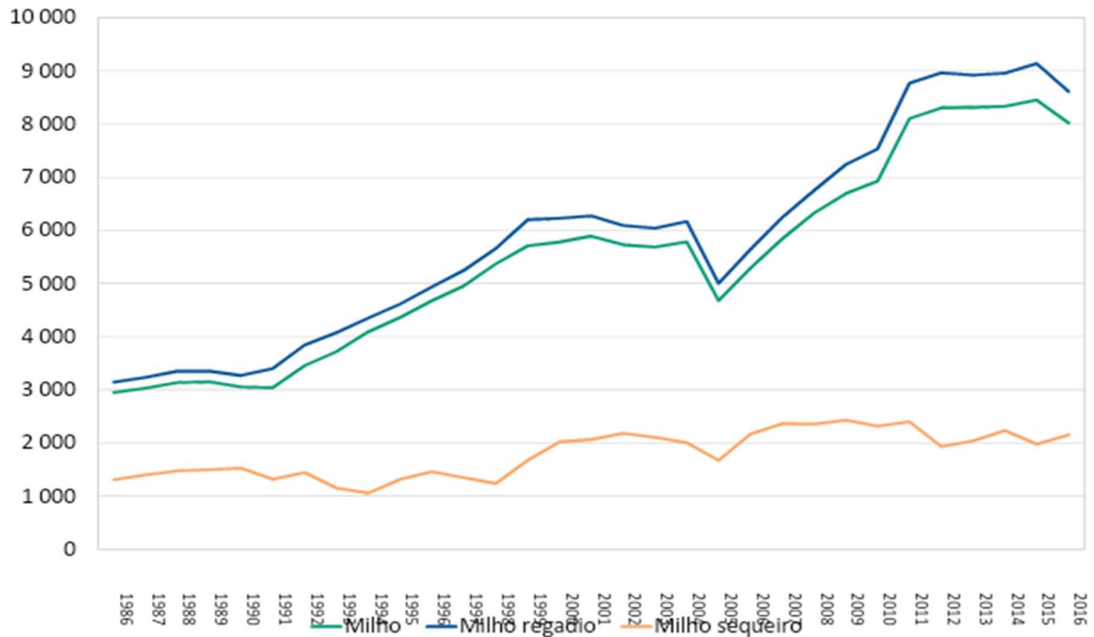
Fonte: INE

A cultura do milho tem-se expandido para áreas em que não era habitual, em virtude da disponibilidade de água proporcionada pelos novos regadios, em particular no Alentejo. Esta nova disponibilidade de água, associada à grande progressão tecnológica, conduziu à multiplicação das produtividades médias por

⁹ Fonte FAO/ Banco Mundial

três. No entanto, a produtividade na cultura do milho apresenta valores bastante díspares entre as regiões e entre o sequeiro e regadio, como se pode ver no gráfico seguinte:

Evolução da produtividade do milho (kg/ha)



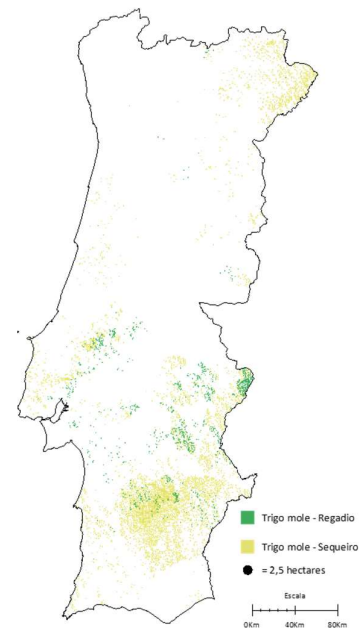
Fonte: INE

3.2.1.2. Cereais Praganosos

A área semeada com cereais praganosos (trigo, centeio, aveia, cevada e triticale) sofreu uma diminuição substancial (acima de 70% em média) desde 1986. Nomeadamente, o trigo ocupava mais de 300 mil hectares, tendo essa área vindo gradualmente a diminuir, sendo, em 2016, inferior a 40 mil hectares.

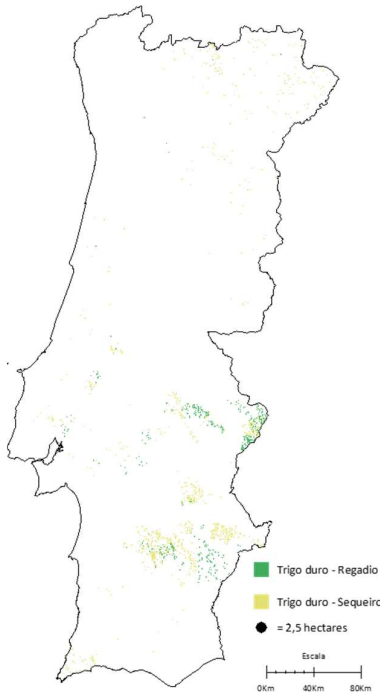
Na última década, a tendência de quebra na área do **trigo mole** em cerca de 75% (120 mil para 33 mil hectares), foi apenas contrariada entre 2007 e 2008 (crise das matérias primas). Este decréscimo verificou-se com grande expressão no Alentejo (76%), Ribatejo e Oeste (61%), Trás-os-Montes (52%), Minho e Algarve (50% cada).

Figura 2 – Dispersão do trigo mole no território do Continente



Fonte: GPP a partir de PU 2016

Figura 3 – Dispersão do trigo duro no território do Continente



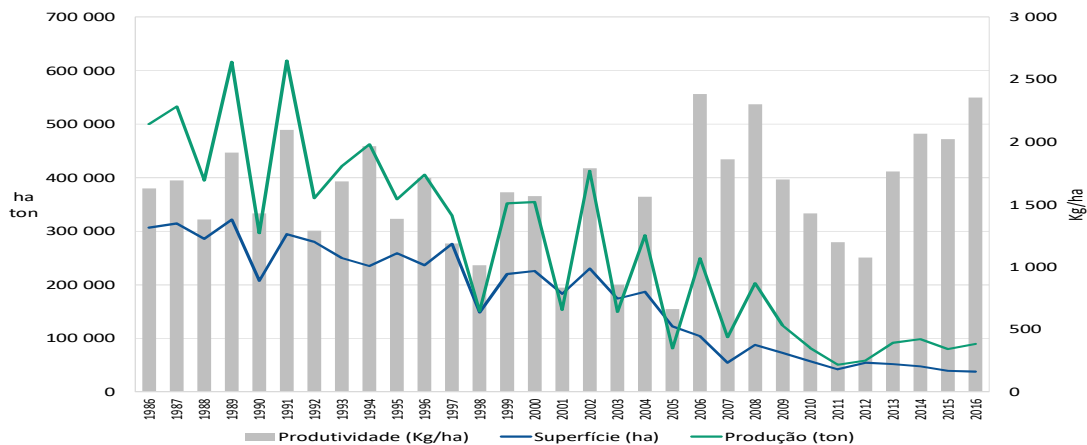
Fonte: GPP a partir de PU 2016

O **trigo duro** passou de uma área de cerca de 2 mil para 4,7 mil hectares durante a última década. O maior aumento ocorreu no Alentejo (158%), enquanto na região do Ribatejo e Oeste a área foi reduzida para metade. O período é marcado por três momentos no que respeita à evolução da área de trigo duro: acentuado aumento entre 2008 e 2009 (de 3 para 11 mil hectares), seguido de uma diminuição entre 2009 e 2013, em que se registou a menor área (1,4 mil hectares). A partir desse ano a área tem vindo a aumentar, fomentada sobretudo pela grande dinâmica do Clube Português dos Cereais de Qualidade (de registar que em 2017 a área aumentou para 5 mil hectares).

A produção de trigo, que chegou a ultrapassar as 600 mil toneladas em 1991, reduziu para valores de cerca de 50 mil toneladas neste milénio, apesar de alguma recuperação recente, tendo atingido o valor de 90 mil toneladas em 2016. Em termos geográficos, o Alentejo concentra atualmente a quase totalidade da produção.

A evolução reflete o quadro de políticas: o preço de intervenção no último ano da etapa de transição, campanha 1990/91, foi 0,58€¹⁰, tendo atingido valores de 0,18€ nos anos mais recentes. Nos anos intermédios, vários apoios foram mitigando o efeito do preço de mercado (ajuda cofinanciada, ajuda às culturas arvenses), nomeadamente a ajuda ao trigo duro no seguimento da Agenda 2000, mas, a partir de 2005, deu-se o desligamento das ajudas da produção.

Superfície, produção e produtividade do trigo em Portugal



Fonte: INE

¹⁰ O preço foi de 50\$ por quilo, ou seja, 0,25€ à taxa de conversão definitiva do escudo, o que tomando em conta a inflação ocorrida entre 1991 e 2016 representa 0,58€ a preços de 2016.

3.2.1.3. Cevada

Figura 4 - Dispersão da cevada no território do Continente



Quando se analisa a evolução das áreas semeadas com cereais entre 1986 e 2015, verifica-se que depois do trigo, foi a cevada que apresentou a maior descida de área diminuiu mais de 70% (de 73 mil hectares em 1986 para 21 mil hectares em 2015).

Verifica-se contudo que nos últimos anos resultado da resposta à procura exercida pela indústria cervejeira conjugado com o acesso às ajudas agroambientais, a área da cevada tem vindo a aumentar desde 2011 de 17 mil hectares para 21 mil hectares em 2015.

Em termos de localização geográfica continua a ser o Alentejo a principal região produtora com cerca de 90% da área nacional de cevada.

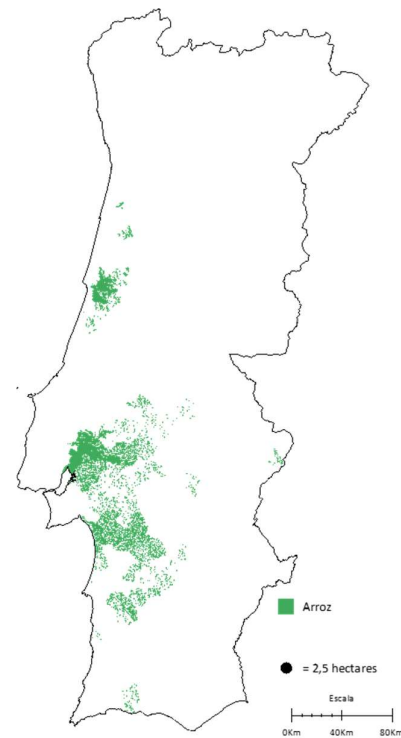
3.2.1.4. Arroz

A superfície cultivada com arroz ocupava, no final dos anos 80, mais de 32 mil hectares. Em 2016, os 29 mil hectares repartem-se entre a Beira Litoral, o Ribatejo e Oeste e o Alentejo com ocupação de 21%, 49% e 29% respetivamente.

A produção do arroz aumentou, desde a adesão à CEE, em cerca de 15%, passando de 145 mil toneladas em 1986 para cerca de 170 mil toneladas em 2016, tendo no entanto registado no último ano uma quebra de 5% face à média dos últimos 5 anos.

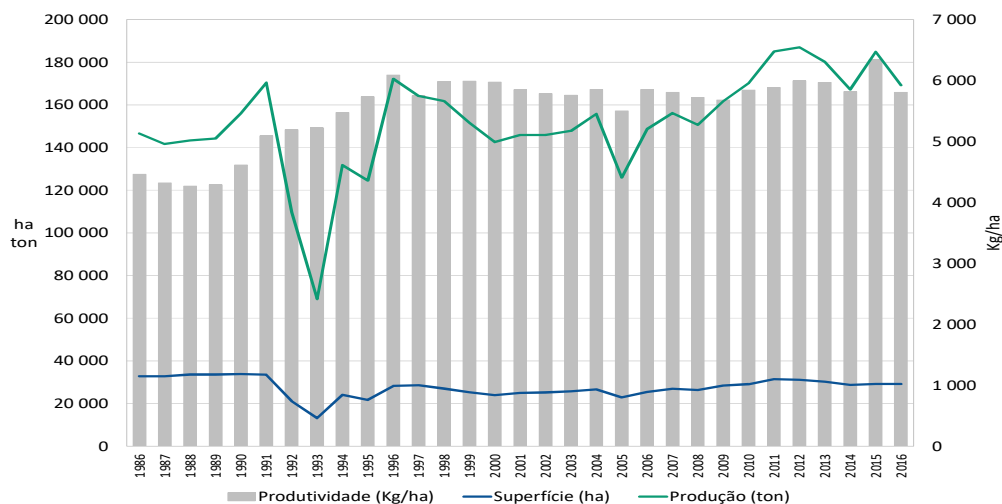
No que respeita à produtividade verifica-se uma relativa estabilidade desde 1995 aproximadamente nos 6.000 kg/ha.

Figura 5 – Dispersão do arroz no território do Continente



Fonte: GPP a partir de PU 2016

Superfície, produção e produtividade do arroz em Portugal



Fonte: INE

3.2.1.5. Evolução e Potencial de Produção de Cereais na Região de Alqueva

Na região de Alqueva as áreas outrora de sequeiro, onde eram cultivados cereais, encontram-se atualmente em grande parte ocupadas por olival.

Os sistemas produtivos das explorações de sequeiro, baseiam-se na pecuária extensiva e na produção de cereais, pastagens e forragens, como forma de produzir alimento para o gado. Com a entrada em funcionamento dos blocos de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), as explorações de sequeiro alteraram os seus sistemas produtivos de sequeiro para regadio, e muitas vezes a cultura de eleição para fazer essa transição é o milho. Assim, os cereais com o regadio continuam a manter alguma área na região, apenas existindo uma alteração na cultura, passando o milho a ocupar uma área de relevo no mosaico cultural dos perímetros de rega. Embora, na Campanha de 2017 tenham sido inscritos 116 hectares de arroz em Alqueva, não se afigura provável, face ao sistema tarifário de água e à conjuntura de preços e mercados, que esta cultura venha a ter viabilidade neste perímetro de rega.

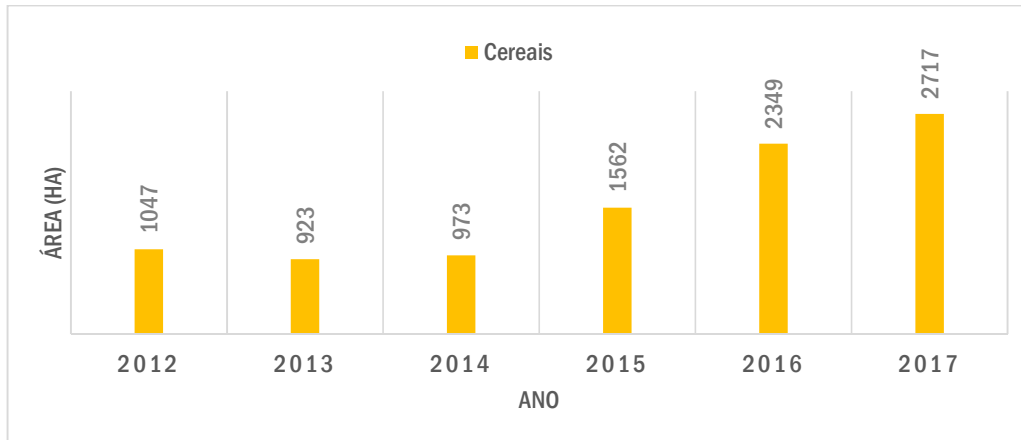
Cereais Praganosos

No gráfico seguinte constata-se que, nos primeiros dois anos de funcionamento dos perímetros de rega de Alqueva, as áreas ocupadas por cereais diminuíram, facto que está em linha com a redução a nível nacional das áreas ocupadas por estas culturas.

Na campanha de 2015 existiu uma alteração do paradigma e as áreas ocupadas aumentaram exponencialmente, com valores próximo de 50 % de aumento em relação ao ano anterior. Em 2016 voltou novamente a aumentar, tendo este valor sido superior ao anterior em quase 40%. Este aumento de área é explicado, em parte, pelo aumento de interesse dos agricultores pela produção de cevada para malte contratualizada com a indústria cervejeira. Outro fator que explica este aumento, foi a disponibilização

em 2016, de novas áreas equipadas na zona de Beja, que é uma área com ótimas condições para culturas cerealíferas. Em 2017 existiu um aumento da área de cereais praganosos, sendo que as culturas responsáveis por esse aumento foram a cevada e a aveia.

Evolução da área ocupada por cereais no EFMA



Potencialidades e Desafios

- De acordo com o Programa SISAP, que nos permite saber o potencial agronómico de uma região para uma dada cultura, para o Alqueva (120.000 hectares) considerando a área disponível (livre de culturas permanentes), as áreas com aptidão para estas culturas são as seguintes:
 - Aveia – 27.000 hectares
 - Cevada – 25.000 hectares
 - Trigo – 23.000 hectares
 - Triticale – 27.000 hectares

Estas culturas, sendo dentro do regadio das mais extensivas, sofrem a concorrência de outras culturas mais produtivas.

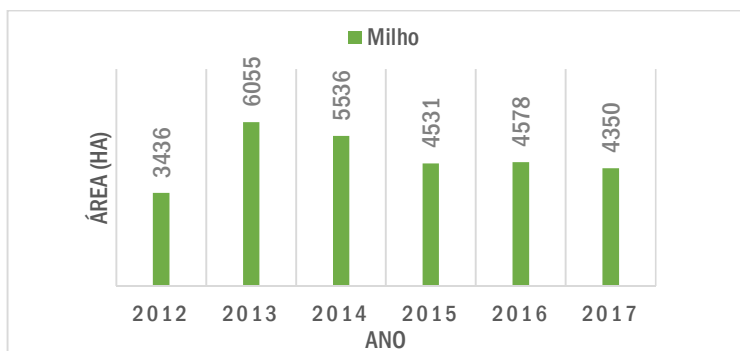
- No caso da cevada, a contratualização com a indústria permitiu demonstrar que a cevada poderá ser uma alternativa com viabilidade técnica/económica, inserindo-se bem em rotação com outras culturas como o milho, o girassol e a papoila.
- A exploração agrícola tipo onde se cultiva a aveia tem, usualmente, grandes dimensões, com uma área de culturas arvenses e outra de pecuária. Servindo a aveia para autoconsumo da exploração, quer como grão para rações, quer como forragem.
- Com a entrada em funcionamento dos perímetros de rega do empreendimento de Alqueva, a área ocupada pela cultura do trigo foi perdendo importância. Os agricultores optam por culturas de regadio mais rentáveis, o que não quer dizer que abandonem por completo o trigo.
- O trigo produzido no Alentejo tem elevada qualidade, existindo, nos últimos tempos o interesse em produzir pão com esta matéria-prima. Dentro de vários exemplos salienta-se o Projeto “Pão de

Cereais do Alentejo”, o qual íntegra uma série de entidades, entre as quais associações de produtores, entidades de investigação e empresas privadas.

Milho

Pode-se constatar da análise do gráfico seguinte que a área da cultura do milho atingiu um máximo em 2013, que correspondeu à época em que maior área beneficiada entrou em regadio. Além de ser comumente reconhecido que a cultura do milho é aquela que apresenta maior interesse como cultura de transição do sequeiro para o regadio, os elevados preços de mercado e as boas condições meteorológicas contribuíram para este resultado. Depois de 2013, fruto das quebras de preços de mercado e da existência de culturas mais interessantes, existiu uma diminuição da área, nos anos de 2014 e 2015, tendo a área estabilizado nas campanhas seguintes num valor próximo dos cerca de 4.500 ha.

Evolução da área ocupada por milho no EFMA



Potencialidades e Desafios

- De acordo com o Programa SISAP, que nos permite saber o potencial agronómico de uma região para uma dada cultura, para o Alqueva (120.000 hectares) considerando a área disponível (livre de culturas permanentes), a área com aptidão para estas culturas é de 38.000 hectares.
- O milho foi a cultura de entrada no regadio para muitos agricultores de sequeiro na região de Alqueva. O facto de coincidir a entrada em funcionamento dos primeiros blocos de rega EFMA, com a alta do preço do milho nos mercados favoreceu o desenvolvimento desta cultura em Alqueva.
- Com as terras virgens de culturas de regadio, associado a bons anos meteorológicos, o milho atingiu, nalgumas situações, produções record (20 t/ha) em Alqueva. Neste momento na nossa região atingem-se médias superiores à média nacional (14 t/ha).
- Por outro lado, têm surgido novas culturas de regadio em Alqueva que fazem concorrência ao milho, como é o caso das culturas permanentes, colza, cevada, girassol e horto-industriais.

3.2.2. EXPLORAÇÕES

Em 2016, no número total de explorações com cereais em Portugal (99.675), o milho é a cultura mais representativa (66%), seguido do centeio (12%), da aveia (9%) e do trigo (8%). O arroz representa apenas

1% das explorações de cereais nacionais. Em termos regionais, o Norte integra 50% das explorações de cereais, e o centro 38%, cabendo ao Alentejo apenas 9% do número de explorações.

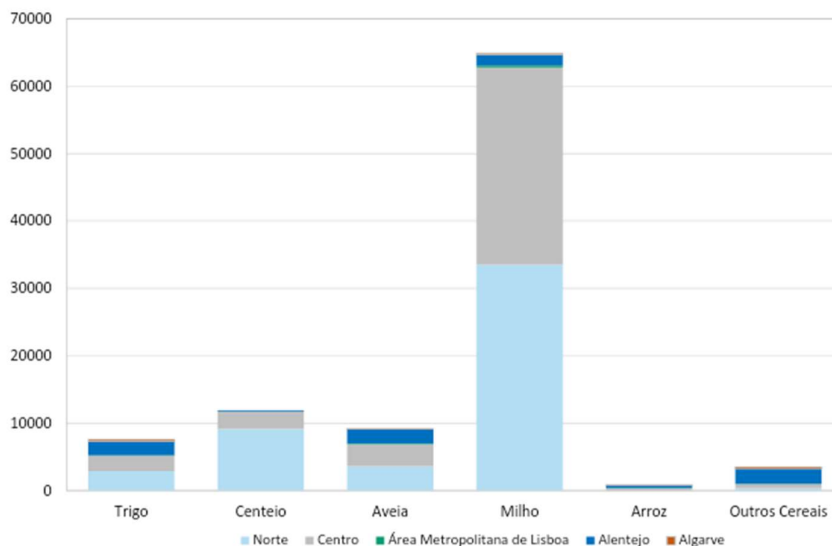
Particularizando as diferentes ocupações culturais, observa-se que as explorações com trigo estão repartidas pelo Norte (37%), Centro (28%) e Alentejo (25%), enquanto o Milho está mais representado em número de explorações no Norte (51%) e Centro (44%), situando-se no Alentejo apenas 2% das explorações com esta cultura. As explorações de Arroz estão praticamente em exclusivo no Alentejo (50%) e Centro (44%).

O número total de explorações de cereais apresentou uma quebra de cerca de 28% no período 2009-2016, mantendo-se, no entanto, a repartição relativa do número de explorações em termos de culturas.

A nível regional, esta quebra teve maior significado no Centro (-33%), seguido pelo Norte (-24%), e o Alentejo (-20%).

Em termos de ocupação cultural, o arroz apresentou a maior redução do número de explorações (-61%), seguido da Cevada (-40%), e do trigo (-38%), com o milho a representar uma quebra de 27% no número de explorações.

Número de explorações dos cereais por NUTS II em 2016 (Nº)



3.3. RENDIMENTO DA ATIVIDADE E CUSTOS DE PRODUÇÃO

3.3.1. ARROZ

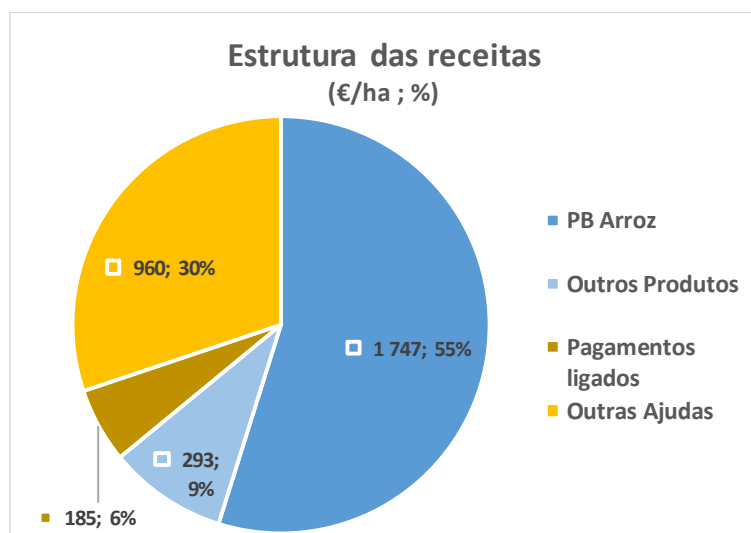
Com o objetivo de caracterizar a estrutura de rendimento das explorações produtoras de arroz, e para não perder a essência das características do rendimento da cultura, - e tendo em atenção que a unidade de análise da informação RICA é a exploração agrícola e não a atividade - optou-se por selecionar aquelas explorações onde o produto bruto da atividade arroz foi superior a 50% do produto bruto total da exploração obtido no mercado nos anos contabilísticos 2016, 2017 e 2018. Assim, toda a análise efetuada

baseia-se nos resultados de uma amostra de 80 explorações (média anual de 27 explorações), representando, após extrapolação, 421 explorações em média por ano.

Os vários níveis de resultados, embora dizendo respeito à totalidade das atividades das explorações acima descritas (PB arroz > 50% PB total), são nesta análise referenciados ao hectare (ha) de arroz para uma melhor compreensão e facilidade de enquadramento de possíveis necessidades de apoio específico a esta atividade.

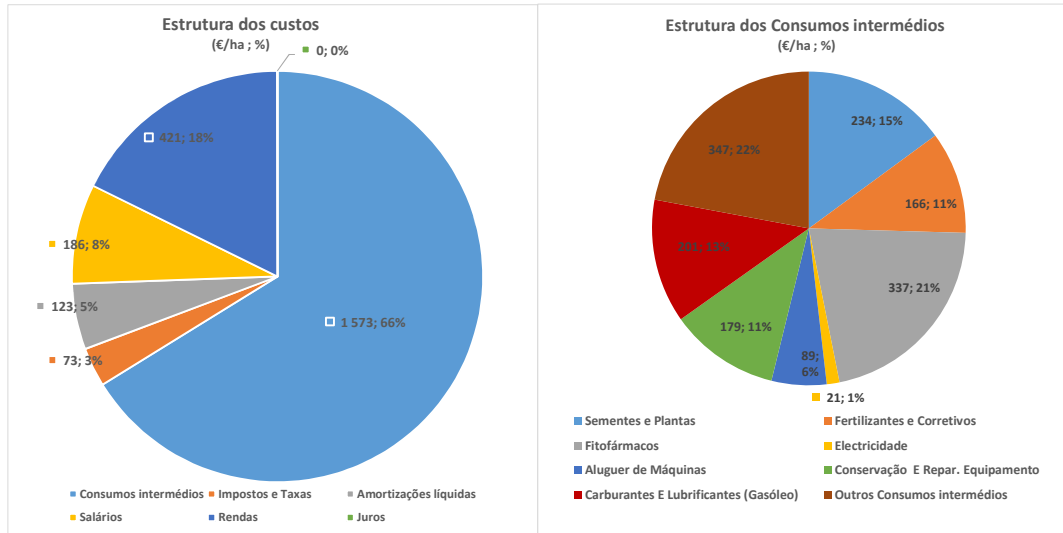
Componentes do rendimento: As explorações com orientação produtiva para a produção de arroz obtêm cerca de 64% dos seus proveitos no mercado, seja diretamente do arroz (55%), seja através de outras receitas de mercado (9%), o que demonstra que o grau de especialização é, em média, elevado. Os restantes proveitos (36%) dizem respeito a apoios públicos, evidenciando uma dependência forte destes apoios na formação do rendimento.

Estrutura das receitas por ha de arroz das explorações com orientação produtiva arroz (média 2016-2017-2018)



Do total de encargos das explorações, os consumos intermédios representam dois terços (66%), uma importância próxima da média global, no entanto o custo dos fatores externos e as amortizações têm comportamentos diferenciados. O valor das amortizações e dos salários têm representações muito reduzidas, evidenciando níveis de terciarização da atividade superiores à média, e o valor das rendas com um peso elevado. Analisando a repartição dos consumos intermédios verifica-se que os fitofármacos, as sementes e plantas e os fertilizantes e corretivos representam uma fatia de 47%. Embora se evidencie um comportamento de terciarização na atividade, o encargo com Carburantes e Lubrificantes (gasóleo) ainda tem alguma expressão no total dos consumos intermédios (13%).

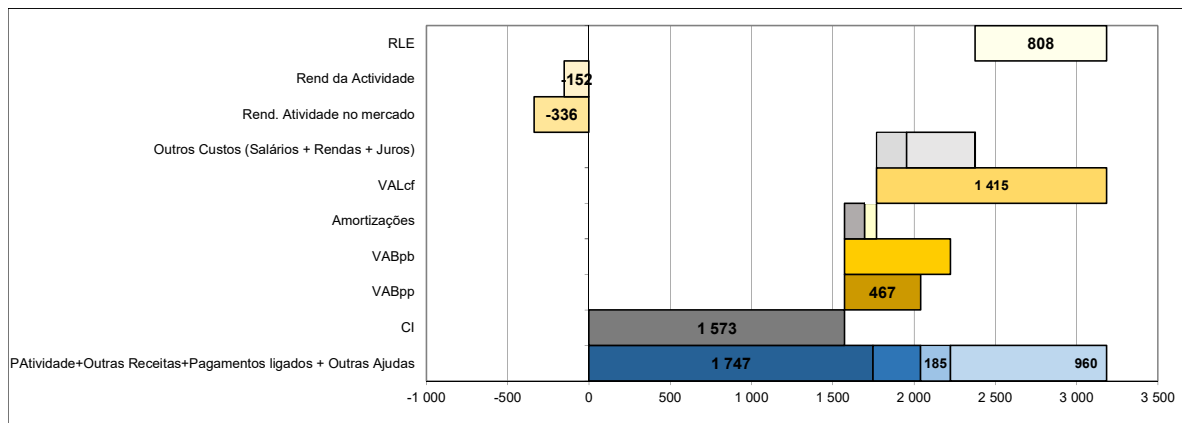
Estrutura de custos por ha de arroz das explorações com orientação produtiva arroz (média 2016-2017-2018)



Na pode-se observar, de forma gráfica os diversos componentes do rendimento líquido de exploração. As explorações de arroz apresentam, em média, um rendimento líquido de exploração de 808 EUR/ha de arroz por ano. É com este valor que os agricultores têm de remunerar os fatores próprios que colocam na exploração, sejam o capital próprio, seja a mão-de-obra familiar.

Observa-se igualmente o nível de rentabilidade média das atividades no mercado, ou seja, mede a capacidade das atividades da exploração num quadro de apoios totalmente desligados da produção, subsistirem per si, através do rendimento que obtêm do mercado. Neste caso, o rendimento proveniente do mercado resulta num valor negativo, em média - 336 EUR/ha de arroz. Mesmo com o apoio associado atual, o rendimento da atividade continua negativo, subindo para -152 €/ha de arroz. Estes valores demonstram que, em média, a atividade apresenta rendimentos líquidos da atividade negativos sem apoio de políticas, e que as políticas atuais desempenham um papel crucial e indispensável no suporte ao rendimento empresarial destes agricultores.

Resultados económicos por ha de arroz das explorações com orientação produtiva arroz (média 2016-2017-2018)



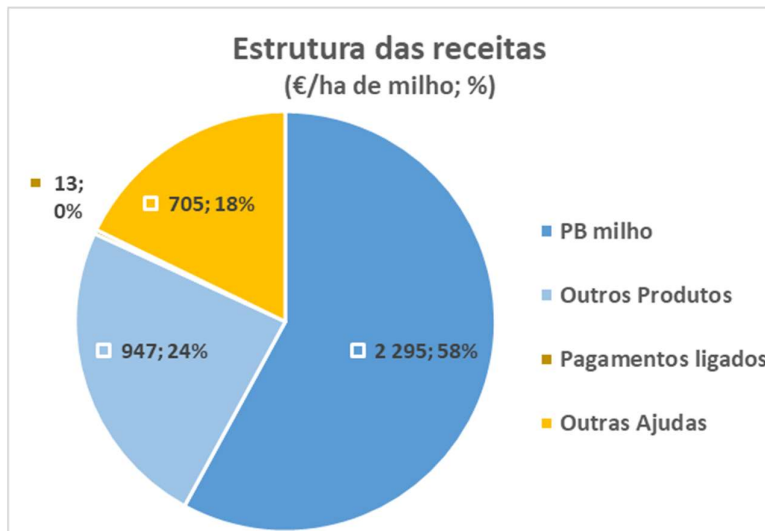
3.3.2. MILHO

Com o objetivo de caracterizar a estrutura de rendimento das explorações produtoras de milho, embora tendo a noção que uma parte considerável do milho é produzido em explorações com características mistas, optou-se, para não perder a essência das características do rendimento da cultura – e tendo em atenção que a unidade de análise da informação RICA é a exploração agrícola e não a atividade –, por selecionar aquelas onde o produto bruto (PB) da atividade milho foi superior a 50% do produto bruto total da exploração obtido no mercado nos anos contabilísticos 2016, 2017 e 2018. Assim, toda a análise aqui efetuada se baseia nos resultados de uma amostra de 573 explorações (média anual de 191 explorações), representando, após extrapolação, 15.181 explorações em média por ano.

Os vários níveis de resultados, embora dizendo respeito à totalidade das atividades das explorações acima descritas (PB milho > 50% PB total), são nesta análise referenciados ao hectare de milho, para uma melhor compreensão e facilidade de enquadramento de possíveis necessidades de apoio específico a esta atividade.

Componentes do rendimento: As explorações com orientação produtiva para a produção de milho obtêm cerca de 82% dos seus proveitos no mercado, seja diretamente do milho (58%), seja através de outras receitas de mercado (24%), o que demonstra que o grau de especialização não é, em média, muito elevado. Os restantes proveitos (18%) dizem respeito a apoios públicos, na sua esmagadora maioria apoios não ligados à produção.

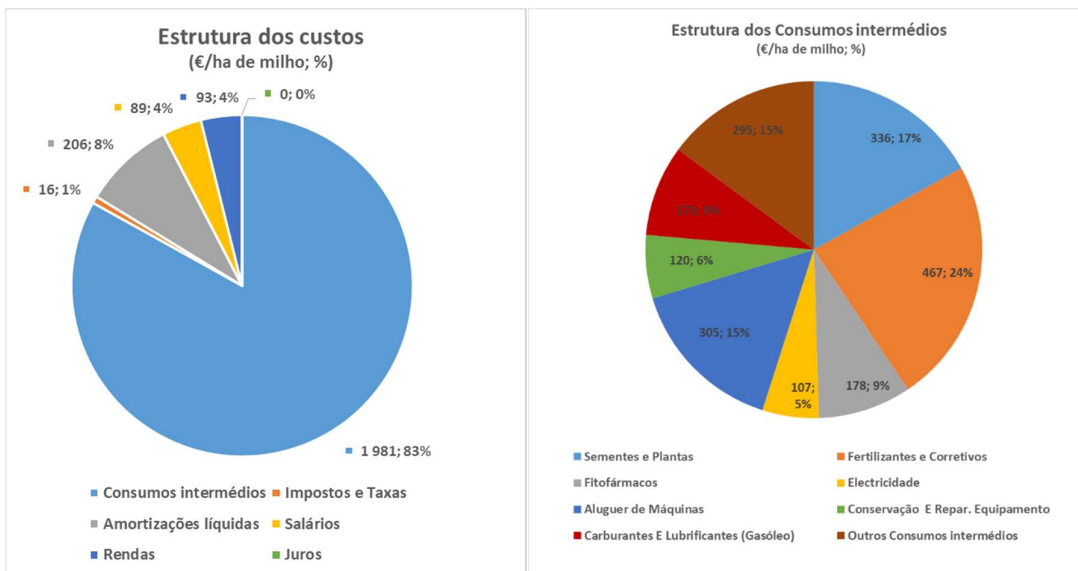
Estrutura das receitas por ha de milho grão das explorações com orientação produtiva milho grão (média 2016-2017-2018)



Os consumos intermédios representam uma parte muito significativa (83%) do total de encargos das explorações, demonstrando ser um setor onde os fatores externos e as amortizações têm cada vez menos expressão, o que indica níveis de terciarização da atividade superiores à média. Os consumos intermédios apresentam a suas maiores fatias nos fertilizantes e corretivos e nas sementes e plantas. No entanto, é

igualmente relevante o peso das componentes aluguer de máquinas (15% dos consumos intermédios) e outros consumos intermédios (15%).

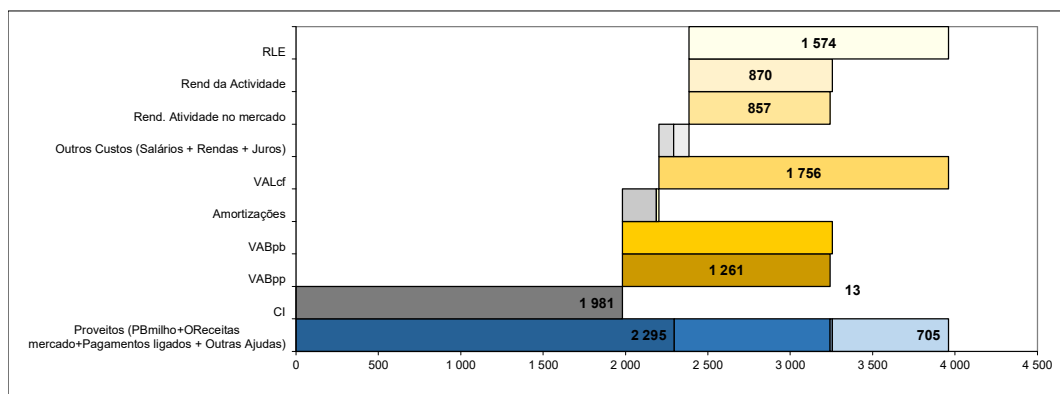
Estrutura de custos por ha de milho grão das explorações com orientação produtiva milho grão (média 2016-2017-2018)



Na figura seguinte pode-se observar, de forma gráfica, as diversas componentes do rendimento líquido de exploração. As explorações de milho apresentam, em média, um rendimento líquido de exploração de 1.574 EUR/ha de milho e por ano. É com este valor que os agricultores têm de remunerar os fatores próprios que colocam na exploração, seja o capital próprio, seja a mão-de-obra familiar.

Observa-se igualmente a rentabilidade média das atividades no mercado, que mede a capacidade de as atividades da exploração, num quadro de apoios totalmente desligados da produção, subsistirem de per si, através do rendimento que obtêm do mercado. Neste caso, o rendimento proveniente do mercado corresponde, em média, a 857 EUR/ha de milho (54% do total do rendimento líquido).

Resultados económicos por ha de milho grão das explorações com orientação produtiva milho grão (média 2016-2017-2018)



Estes valores demonstram que, em média, a atividade apresenta rendimentos líquidos da atividade positivos sem apoio de políticas (857€/ha), e que as políticas atuais desempenham um papel essencial no suporte ao rendimento empresarial destes agricultores.

3.4. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

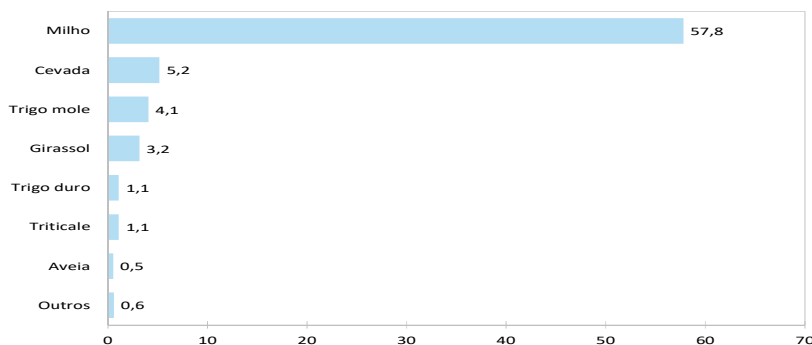
Através do Despacho n.º 14033/2012 de 29 de outubro, foi reconhecida a organização interprofissional da fileira do arroz, Casa do Arroz — Associação Interprofissional do Arroz com âmbito nacional, permitindo que o setor do arroz beneficie de capacidade para a promoção do diálogo e da transparência do mercado, visando o equilíbrio da distribuição de valor entre os vários agentes da fileira, num esforço de autorregulação, demonstrativo do dinamismo do setor que representa. A Casa do Arroz é representativa da fileira do arroz, produção e indústria, e tem como objeto defender e promover os interesses dos seus associados com vista a manter a competitividade da fileira do arroz em Portugal.

Em 31 de dezembro de 2018 existiam 15 reconhecimentos ativos de organizações de produtores no setor dos cereais e 9 no setor do arroz, correspondendo respetivamente a 12 e 7% do número de títulos de reconhecimento do panorama setorial nacional.

Por região agrária, os reconhecimentos no setor dos cereais estavam distribuídos da seguinte forma: 7 em Lisboa e Vale do Tejo, 7 no Alentejo e 1 reconhecimento na região agrária do Centro. No setor do arroz 3 OP no Alentejo e 6 em Lisboa e Vale do Tejo.

O Valor da Produção Comercializada (VPC), em 2017, no setor dos cereais foi de 71 M€, contra 69 M€ no ano anterior, para o mesmo número de OP reconhecidas. O VPC médio por OP também aumentou ainda assim marginalmente de 4,59 para 4,76 M€ de 2016 para 2017.

Principais produções comercializadas para o setor dos cereais, oleaginosas e proteaginosas em 2015 (M€)



Fonte: Relatórios anuais das OP, dados declarativos

Nos setor dos cereais, o milho destaca-se largamente como a principal produção, em valor, seguindo-se a cevada e o trigo mole.

Quanto ao setor do arroz, o VPC no ano 2017 foi de 38,4 M€, o que representou um aumento 73% face a 22,2 M€ em 2015, ano em que estavam reconhecidas apenas 6 OP. O VPC médio por OP aumentou de 3,7 M€ para 4,2 M€.

A área abrangida pelas OP's reconhecidas¹¹ relativamente à área nacional afeta aos cereais era a seguinte em 2017: Milho: 25%; Trigo mole: 28%; Cevada: 68%; Trigo duro: 65% e Arroz: 68%

3.5. MERCADO

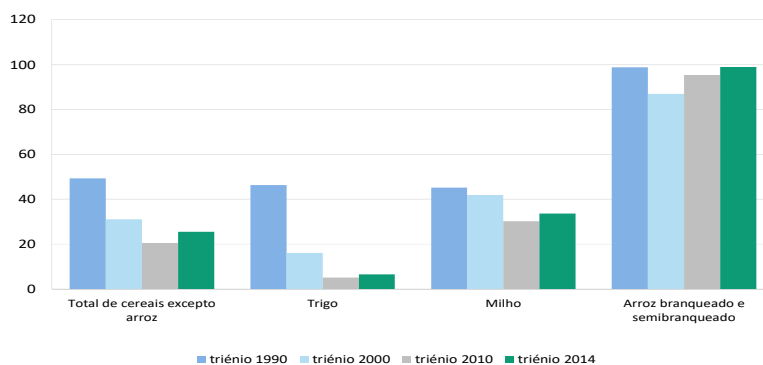
3.5.1. CONSUMO E AUTOAPROVISIONAMENTO

Portugal apresenta um dos mais baixos níveis de autoaprovisionamento do mundo, sendo que na UE apenas têm valores inferiores Chipre, Malta e Holanda (que tem um consumo excecionalmente elevado, mais do dobro do português, devido à importância da pecuária intensiva, sendo a sua produção de cereais 40% superior à portuguesa).

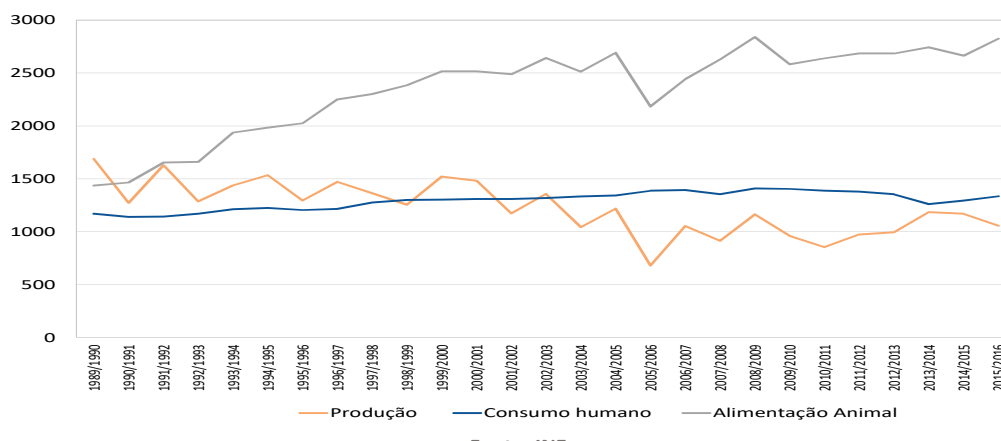
O grau de autoaprovisionamento dos cereais que era de cerca de 50% no início da década de 90, é atualmente cerca de 23%, uma vez a produção não acompanhou o aumento do consumo interno, em particular para alimentação animal. A perda de autoaprovisionamento ocorreu no milho, de 45% para 31% e no trigo, de 49% para 6%. O arroz tem apresentado níveis mais elevados.

Evolução do autoaprovisionamento dos cereais em Portugal (%)

Fonte: GPP a partir de balanço de aprovisionamento, INE



Produção e utilização interna de cereais (s/ arroz) em alimentação animal e consumo humano 1989-2015 em Portugal (1.000 ton)

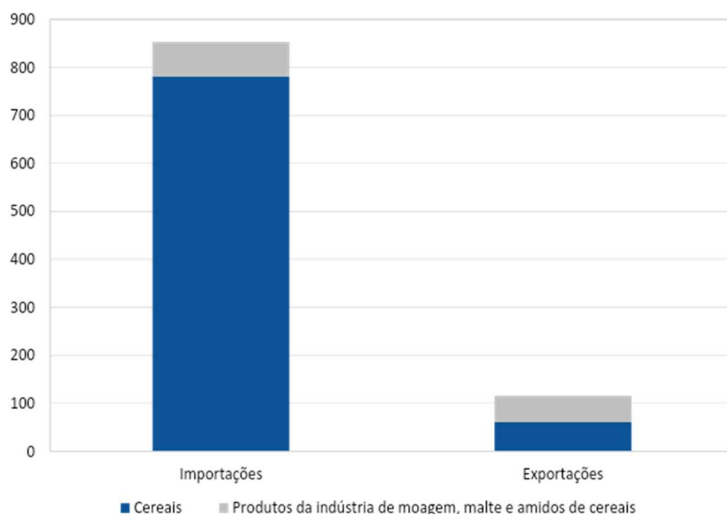


¹¹ Fonte: relatórios anuais declarativos das OP's

3.5.2. BALANÇA COMERCIAL E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os cereais e os produtos da indústria de moagem representaram, em média no triénio 2015, cerca de 853,2 M€ de importações o que representa 11% das importações agroalimentares e 1,2% do total de importações de bens e serviços da economia, sendo essencialmente constituídas por produto não transformado (782 M€). As exportações assumiram 115,7 M€ representando 2,2% das exportações agroalimentares e 0,2% do total de exportações de bens e serviços da economia. O saldo comercial deficitário (-737,5 M€) representa 1/4 défice agroalimentar.

Importações e exportações dos cereais e produtos de indústria de moagem 2015* (M€)



*média trienal

Fonte: GPP, a partir de INE

As importações de cereais em quantidade, no período 1992 a 2016, apresentaram um crescimento significativo de 148% (3,8% ao ano), passando de 1,6 milhões de toneladas em 1992 para 3,9 milhões de toneladas em 2016. O crescimento substancial das exportações de cereais, no entanto pouco significativas face ao volume importado, de 48 mil toneladas para 503 mil toneladas, não se repercutiu no saldo comercial que se tornou mais deficitário, passando de 1,5 milhões de toneladas para 3,4 milhões. A última década tem vindo a apresentar uma estabilidade. Este volume de exportações inclui todos os produtos que contenham cereais (produtos base e transformados) sendo a quantidade de produtos transformados convertida em cereal através de um fator de conversão definido a nível da UE. Assinala-se a título de exemplo o caso do trigo, com uma produção de cerca de 80 mil toneladas as exportações atingiram 294 mil toneladas em 2015 sendo que estas deverão corresponder sobretudo a trigo incorporado no produto transformado.

As importações de trigo e milho compõem a grande parte das importações de cereais (82% triénio 2015). Tendo-se mantido, no período 2008-2015 uma certa estabilidade e, termos globais, verificou-se uma substituição das importações de trigo (-36M€) por milho (+41M€). Saliente-se o aumento das exportações de arroz, que passou a representar cerca de 58% das exportações de cereais, tendo esta situação sido o

reflexo da exportação para a Turquia em 2015, devido a uma situação conjuntural de excesso de arroz carolino armazenado.

Evolução estrutural do comércio internacional de cereais por produto

	Importações			Exportações		
	Triénio 2008	Triénio 2015	Evolução (M€)	Triénio 2008	Triénio 2015	Evolução (M€)
Trigo	319.6	283.8	-35.8	14.9	6.0	-8.9
Centeio	5.3	5.6	0.3	0.0	0.0	0.0
Cevada	66.5	59.6	-6.9	4.3	3.6	-0.6
Aveia	2.6	4.0	1.4	0.6	0.5	-0.1
Milho	316.1	357.1	41.1	15.6	14.3	-1.2
Arroz	54.0	63.4	9.4	8.4	35.5	27.1
Sorgo de grão	10.8	1.7	-9.2	0.8	0.1	-0.7
Outros cereais	11.4	6.5	-4.9	1.4	0.8	-0.6
Total de cereais	786.4	781.7	-4.7	46.0	60.9	14.9

Entre os períodos em análise, França e Espanha continuam a ser as principais origens das nossas importações de cereais. Neste período verificou-se a saída dos países da América do Sul (Argentina e Brasil) substituídos pela Ucrânia e Canadá na lista dos principais parceiros (o milho é o principal responsável pela alteração).

Principais parceiros comerciais: evolução do Top 5 de importações de cereais

Posição	Triénio 2008 (País; €; %)			Triénio 2015 (País; €; %)		
	País	Valor	(%) do total	País	Valor	(%) do total
1	França	196 349 520	25,0	França	160 362 077	20,5
2	Espanha	101 837 111	13,0	Espanha	122 238 533	15,6
3	Argentina	86 710 207	11,0	Ucrânia	115 023 036	14,7
4	Brasil	75 742 731	9,6	Canadá	57 597 690	7,4
5	Reino Unido	58 611 615	7,5	Reino Unido	49 959 019	6,4
	Total top 5	519 251 184	66,0	Total top 5	505 180 355	64,6
	Total	786 386 486	100,0	Total	781 721 694	100,0

Principais parceiros comerciais: evolução do Top 3 de exportações de cereais

Posição	Triénio 2008 (País; €; %)			Triénio 2015 (País; €; %)		
	País	Valor	(%) do total	País	Valor	(%) do total
1	Espanha	33 629 075	73,1	Espanha	27 427 263	45,0
2	Venezuela	3 362 705	7,3	Turquia	6 453 053	10,6
3	França	2 722 080	5,9	França	6 119 884	10,1
	Total top 3	39 713 860	86,3	Total top 3	40 000 200	65,7
	Total	46 014 471	100,0	Total	60 888 357	100,0

3.6. QUALIDADE

O setor dos cereais tem sido um caso de sucesso no desenvolvimento dos cereais de qualidade, como são vários, os exemplos a seguir enumerados: o trigo mole panificável de qualidade superior usado como corretor ou melhorador pela indústria de panificação; os trigos de força para a obtenção de farinhas

especiais; os trigos BTP¹² para *baby food* com um itinerário cultural praticamente isento de pesticidas e uso reduzido de fertilizantes, o trigo duro para fabrico de massas alimentícias; o *gritz* de milho usado na produção de cerveja; e o arroz, que representa uma elevada quantidade produzida em regimes certificados e com produtos diferenciados.

Ao nível do setor produtivo e na vertente qualidade, destacam-se as principais atividades das 3 organizações setoriais de âmbito nacional do setor dos cereais e arroz: ANPOC, ANPROMIS e CASA DO ARROZ:

ANPOC - Associação Nacional de Produtores de Proteaginosas, Oleaginosas e Cereais, que colaborou na criação do centro de competências - Cerealtch¹³ que contribuiu para o desenvolvimento da Agenda de Inovação, registou a marca Cereais do Alentejo (que obriga à utilização de semente certificada e ao uso de variedades específicas), dinamiza o projeto LVR (Lista de Variedades Recomendadas) que, numa ótica de fileira, reúne investigação (INIAV e Instituto Politécnico de Beja e ainda a transformação, com o objetivo de aumento de volume, homogeneidade e qualidade dos lotes de trigo nacionais e, concomitantemente, permite incrementar, valorizar e diferenciar a produção de trigo nacional.

ANPROMIS – Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo, que participou na criação do Centro Nacional de Competências das Culturas do Milho e Sorgo (InovMilho¹⁴) em parceria com o INIAV e Câmara Municipal de Coruche e outras entidades (Universidades, Institutos Politécnicos e Associações ligadas com a fileira da Produção e Transformação do Milho e Sorgo); colaborou igualmente na definição de uma Agenda de Inovação para o Milho e Sorgo; apoia juntamente com a indústria agroalimentar, na elaboração de uma lista de variedades recomendadas com vista à obtenção de um produto mais valorizado do ponto de vista industrial e comercial; promotora da consolidação da estratégia de valorização do milho nacional, com base na qualidade, que tem permitido que nas últimas três campanhas Portugal se tenha posicionado como exportador de milho de qualidade para a indústria agroalimentar, nomeadamente para Espanha.

CASA DO ARROZ¹⁵- Organização Interprofissional que integra por parte da produção a APOR e a AOP, por parte da Indústria a ANIA, e com o estatuto de observador a APED por parte da distribuição, que esteve envolvida na criação do Centro de Competências COTArroz¹⁶ enquanto entidade estratégica da fileira para a investigação, e Inovação, melhoramento de variedades e transferência do conhecimento; colaborou na produção da Agenda de inovação; lidera a estratégia de promoção e defesa do Arroz Carolino; promove as boas práticas agrícolas, com destaque para medidas agroambientais, a utilização de semente certificada e a otimização do uso da água enquanto estabilizador de temperatura na cultura,

¹² Baixo Teor em Pesticidas

¹³ ex Clube português dos cereais de qualidade

¹⁴ Instalado na Estação Experimental António Teixeira em Coruche

¹⁵ APOR – Associação Portuguesa dos Orizicultores, AOP- Associação dos Orizicultores de Portugal, ANIA - Associação Nacional dos Industriais de Arroz e APED – Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição

¹⁶ Resulta da participação do INIA, VAV, ITTB STCN, Casa do Arroz, de elementos relacionados com a produção indústria e da associação de regantes

3.7. EVOLUÇÃO RECENTE DO SETOR

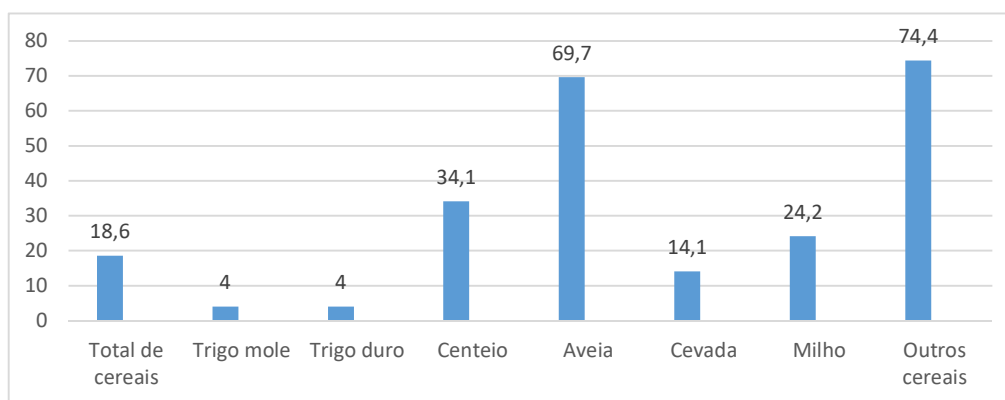
Desde a publicação da Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais¹⁷ (de onde se baseou grande parte do conteúdo descrito nos pontos anteriores), que não se verificou grande alteração quer na estrutura do setor, quer nos equilíbrios do mercado, mantendo-se a continuação das principais trajetórias identificadas. No entanto, desde então certos elementos conjunturais deixam evidenciar a tendência para algum crescimento económico, como é o caso do setor do arroz, que começa a desenvolver uma vertente exportadora que, até à data era irrelevante.

Por outro lado, tal como referido, nos cereais de outono/inverno a *produção* continua a verificar a tendência decrescente dos últimos anos; em 2019 a produção não atingiu as 200 mil toneladas, numa área historicamente baixa (12 mil ha).

No que se refere às culturas de primavera verão, particularmente arroz e milho continua a verificar-se uma estabilidade nas áreas: *no milho* com 83 mil ha em 2019, parece ter sido interrompida a trajetória descendente dos últimos anos, e *no arroz* a área afeta à cultura continua a ser de cerca de 30 mil ha com oscilações conjunturais como foi o caso em 2019 em que se verificou uma redução de 5% face à da campanha anterior devido à deficiência hídrica, com especial incidência em algumas zonas da bacia hidrográfica do Sado.

Tendo em consideração o grau de *autoaprovisionamento*, as tendências também se têm mantido: no caso dos cereais, sem considerar o arroz¹⁸, a tendência decrescente iniciada em 2015/16 tem-se vindo a aprofundar, passando de 23% para 18,6% em 2017/18; no caso no arroz a tendência crescente também se tem mantido, quer no caso do arroz em casca quer no branqueado e semi-branqueado¹⁹.

Grau de autoaprovisionamento de cereais 2017/18 (%)



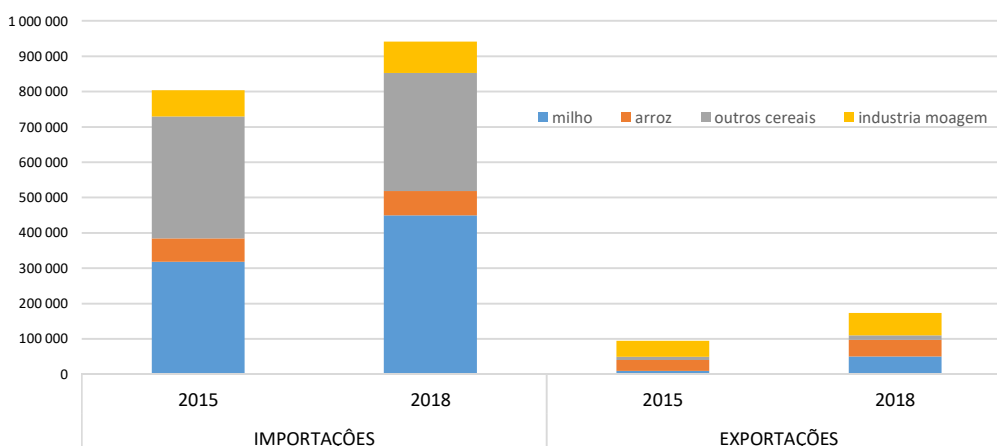
¹⁷ Em janeiro de 2018

¹⁸ A maior parte dos países produtores de cereais no mundo tem graus de autoaprovisionamento superiores a 50%; a UE em 2013 (FAO) 109,4%

¹⁹ 103% em 2015/16 para 112% em 2017/18

No *Comercio internacional* de cereais e produtos de moagem, apesar de Portugal continuar a ser um país principalmente importador²⁰, poderá começar a desenhar-se um atenuar deste quadro, especialmente no caso do arroz. Com efeito, entre 2015 e 2018, apesar de se ter verificado um aumento de 17% no valor das importações totais do setor (942 milhões€ em 2018), o aumento do valor das exportações foi muito superior (82%) atingindo 174 milhões €, ou seja, apesar do *deficit* comercial se ter agravado (9%)²¹, a taxa de cobertura das exportações sobre as importações²² melhorou bastante (de 12 para 18%), aumento este resultado sobretudo das exportações de arroz já mencionadas, para além do milho que também teve um ligeiro aumento nas suas exportações . Com efeito, no caso do arroz entre 2014 e 2018 as exportações quase triplicaram em quantidade, principalmente de arroz branqueado para a península arábica (Jordânia, Síria, Líbano, Arábia Saudita). Já no milho o aumento verificado poderá ser apenas conjuntural *uma vez que se verificou entre 2017 e 2018 principalmente para Espanha (de 75 para 242 mil toneladas)*.

Importações e exportações de cereais e produtos da indústria de moagem - media trienal (mil€)



Fonte: GPP a partir de INE

No que se refere à repartição por cereal, o milho e o trigo²³ continuam a ser os principais cereais importados, com 60 e 30% respetivamente face ao total de importação de cereais incluindo arroz.

Quanto às origens de importação, são distintas consoante o tipo de cereal: o milho é importado principalmente de países extra UE (71% em média) e o trigo, pelo contrário, com predominância nos países comunitário (96% em média).

No caso do milho, em 2018 o Brasil passou a ser a principal origem de importação substituindo-se à Ucrânia que liderou o *ranking* durante os últimos 5 anos.

No trigo, França continua a representar cerca de 50 % total, porém em 2018, verificaram-se algumas alterações nas origens com a Roménia e Bulgária a substituírem FR em cerca de 300 mil toneladas em virtude do mau ano agrícola naquele país.

²⁰ No triénio centrado em 2018 o valor das importações é de cerca de 5 vezes superiores ao das exportações (942 e 174 milhões € respetivamente)

²¹ *Deficit* = EXP-IMP <0

²² EXP/IMP

²³ Trigo e misturas de trigo com centeio.

Relativamente à organização da produção, o setor do arroz registou mais três reconhecimentos desde 2015, totalizando 9 OP em 2018, que representam em área cerca de 68% do total nacional.

No setor dos cereais no seu conjunto existem 15 OP's reconhecidas em 2018, sendo a área da produção organizada de cerca de 30% da área nacional

Segundo os dados disponíveis e comparando com os valores médios nacionais, verifica-se que, quer a produtividade média, quer o valor da produção comercializada, são sempre superiores quando se trata produtos comercializados através de OP's

4. INSTRUMENTOS DE APOIO

4.1. PRIMEIRO PILAR DA PAC

4.1.1. MEDIDAS DE MERCADO

Os setores dos cereais e do arroz estão integrados na Organização Comum dos Mercados de Produtos Agrícolas (Regulamento OCM (UE) n.º 1308/2013, existindo várias ferramentas de mercado disponíveis que permitem garantir uma rede de segurança em caso de grave desequilíbrio de mercado:

✓ Intervenção pública

Uma dessas ferramentas de mercado, é a compra de trigo mole, trigo duro, cevada, milho e arroz em armazenamento público - conhecida como "intervenção pública". Inicialmente introduzida para fazer face aos baixos preços de mercado, atualmente é um instrumento utilizado apenas em casos de situação de crise, garantindo uma rede de segurança aos agricultores.

No caso dos cereais, o período de intervenção está fixado entre 1 de novembro a 31 de março, estando aberto automaticamente apenas para o trigo mole até 3 milhões toneladas acima desta quantidade é aberto o procedimento de adjudicação. Para os outros cereais a CE pode desencadear um mecanismo de adjudicações através da publicação de um regulamento de ato execução. O preço de intervenção está fixado em 101,31 €/t, sendo este valor ajustado com base nos principais critérios de qualidade definidos.

No caso do arroz, a CE pode desencadear o mecanismo de Intervenção Pública durante o período que decorre entre 1 de abril até 31 julho. O preço de referência está fixado a 150€/t para arroz *paddy* de qualidade tipo definida.

✓ Medidas excecionais

Podem ser mobilizadas medidas *ad hoc* excecionais em caso de perturbações graves do mercado, conforme previsto no Regulamento OCM (UE) n.º 1308 / 2013:

- Medidas contra perturbações do mercado (art. 219 OCM)
- Medidas relativas a doenças animais e perda de confiança dos consumidores (art. 220 OCM)

- Medidas para resolver problemas específicos (art.221 OCM)
- Medidas relativas a acordos e decisões durante períodos de grave desequilíbrio nos mercados (art.222 OCM)

4.1.2. AJUDAS DIRETAS

No atual quadro comunitário os pagamentos diretos são concedidos aos agricultores sob a forma de um apoio base ao rendimento com base no número de hectares, sendo o regime de pagamento base complementado por uma série de outros regimes de apoio visando objetivos específicos ou tipos de agricultores, tais como o pagamento para jovens agricultores, pagamento redistributivo, pagamento *greening* e regime da pequena agricultura.

Para além dos apoios anteriormente referidos, existe ainda o apoio associado voluntário concedido a determinados setores, que na medida necessária pretendeu criar um incentivo à manutenção dos níveis de produção anteriores à reforma da PAC 2013, sendo Portugal atualmente o Estado-Membro da União Europeia com um dos maiores níveis de apoio ligado em termos do envelope dos pagamentos diretos (19,6% em 2019).

Com vista a assegurar o aprovisionamento estável à indústria local de transformação e evitar situações disruptivas no setor que conduzam ao abandono da atividade, neutralizando o risco que o desligamento total que resultariam no possível abandono da produção e de rutura do abastecimento à indústria, com consequências negativas ao nível socioeconómico, no caso concreto do arroz estabeleceu-se um apoio com o valor unitário indicativo de 194 €/ha, correspondente a um envelope financeiro de 6 Milhões €²⁴.

Segundo o IFAP, em 2018 foram apresentadas 1.045 candidaturas, relativas a 29.629 ha num montante de apoio de 5.681 mil €, valores estes que se tem mantido estáveis nos últimos anos e representam cerca de 5% do apoio associado voluntário.

A zona Centro engloba o maior número de beneficiários, cerca de metade do total, enquanto a maior área e o maior montante do apoio respeitam à região LVT, representando também cerca de cinquenta por cento do total.

4.3. GESTÃO DE RISCO

A Gestão do risco no âmbito da atividade agrícola assume uma importância crescente num contexto de elevada volatilidade, preocupações ambientais e alterações climáticas, sendo fundamental para dar previsibilidade e estabilidade financeira as explorações agrícolas, sem a qual a atratividade e o investimento setorial decrescem de modo significativo, tendo em conta a especificidade do setor neste particular. Existindo apoio através do PDR2020 a prémios de seguros e apoio à criação e fundos mutualistas.

²⁴ Despacho normativo nº 2 /2015

Existem 4 ferramentas de gestão de risco, em 2014-2020:

Seguros: O seguro de colheitas tem uma longa história e desempenha um papel significativo, compensando as perdas de rendimento causadas pelos riscos climáticos na UE)

Fundos de investimento: 3 EM's optaram pelo apoio financeiro a fundos mutualistas para compensar as perdas de produção devido a eventos climáticos, sanitários e ambientais (França, Itália e Portugal). Apenas a França implementou este instrumento)

O Instrumento de Estabilização do Rendimento (IST): A Itália e a Hungria previam respetivamente, mas nenhum implementou.

IST setorial específico a Comissão Europeia propôs melhorias ao IST. Os Estados-Membros têm a possibilidade de ajudar os agricultores com uma nova ferramenta de estabilização do rendimento específica do setor, em especial para setores afetados por graves perdas de rendimento.

No geral, as atuais ferramentas de gestão de risco da PAC não são amplamente utilizadas, especialmente quando se trata de lidar com riscos de rendimento. Os contratos de seguro para riscos de produção são historicamente conhecidos e, até certo ponto, disponíveis no setor, enquanto os fundos mútuos e o IST são conceitos comparativamente novos. Isso explica a taxa atualmente mais alta de implementação de contratos de seguro.

As propostas legislativas da Comissão Europeia relativas à PAC após 2020 incluem novas melhorias relacionadas com os instrumentos de gestão de risco, com vista a reforçar a resiliência do setor agrícola, ao mesmo tempo que capacitam (*empowering*) os agricultores para a proteção do risco dos seus negócios.

5. ANÁLISE SWOT

5.1. Análise interna – Pontos fortes

TODOS OS CEREAIS

- ✓ Maior parte das OP de cereais presta apoio técnico;
- ✓ Concentração da produção comercializada através de OP;
- ✓ Setor produtivo organizado em Associações de âmbito nacional fortes, com capacidade de mobilização e de difusão técnica;
- ✓ Existência de formas de organização vertical da Fileira mais ou menos formais nomeadamente através da Interprofissional Casa do Arroz, do Clube Português dos Cereais de Qualidade.
- ✓ Manutenção da atividade agrícola, com evidentes benefícios ao nível do fomento do desenvolvimento económico, da paisagem e da promoção e preservação da biodiversidade própria das regiões, tanto em sequeiro como no regadio;
- ✓ Presença dos cereais em todo o território nacional associada a diferentes sistemas de produção;
- ✓ Produção de proximidade permite reduzir a pegada ecológica/carbono;
- ✓ Forte adesão a métodos de produção ambientalmente sustentáveis;

- ✓ Existência de conhecimento técnico especializado;
- ✓ Domínio da tecnologia das culturas;
- ✓ Inúmeros aproveitamentos que são dados aos cereais como matéria-prima para a alimentação humana e animal e para fins energéticos;
- ✓ Elevada qualidade sanitária dos cereais produzidos no nosso país (Ex: baixo teor em micotoxinas);
- ✓ Existência de capacidade de armazenagem junto da produção

MILHO

- ✓ Existência do Centro Nacional de Competências para as Culturas do Milho e Sorgo “InovMilho”;
- ✓ Boas condições de produção que permitem alcançar elevadas produtividades;
- ✓ Versatilidade própria das culturas anuais vs culturas permanentes (rotações/adaptação ambiente envolvente);
- ✓ Cultura boa iniciadora da agricultura de regadio, nomeadamente nos novos regadios.

PRAGANOSOS

- ✓ Boa articulação entre a produção, a indústria e a investigação através do INIAV e IP Beja;
- ✓ Rusticidade cultural confere as estas culturas uma maior resiliência face às alterações climáticas;
- ✓ Forte Ligação e complementaridade com pecuária extensiva;
- ✓ Versatilidade própria das culturas anuais vs culturas permanentes (rotações/adaptação ambiente envolvente);
- ✓ Existência de uma fileira para a cevada dística;
- ✓ Criação do Centro Nacional de Competências dos Cereais Praganosos, Oleaginosas e Proteaginosas (CEREALTECH).

ARROZ

- ✓ Existência de um Centro Tecnológico – COTArroz;
- ✓ Função ecológica de proteção dos solos dos aquíferos, da fauna e da flora do ecossistema do arrozal;
- ✓ Condições naturais favoráveis à produção com utilização de solos não adaptáveis para outras culturas;
- ✓ Elevada percentagem da produção nacional em regimes certificados;
- ✓ Produção de produtos diferenciados (Produção. Integrada (PRODI), IGP);
- ✓ Identificação cultural e gastronómica com o tipo de arroz carolino.

5.2. Análise interna – Pontos fracos

TODOS OS CEREAIS

- ✓ Fim dos incentivos específicos à concentração da produção de qualidade comercializada por OP no âmbito do 1º Pilar da PAC;

- ✓ Falta de apoio, consistente e previsível, à concentração da produção no âmbito de 2º Pilar da PAC;
- ✓ Reduzidos investimentos em experimentação, tecnologia e divulgação técnica;
- ✓ Descapitalização das explorações agrícolas;
- ✓ Custos de produção médios elevados e superiores aos dos concorrentes Europeus;
- ✓ Ausência ou reduzida valorização, por parte dos industriais, da qualidade dos cereais produzidos em Portugal;
- ✓ Reduzido conhecimento por parte da produção da ponderação relativa dos critérios qualitativos utilizados pela Indústria na formação do preço;
- ✓ Reduzida utilização de contratos formais entre a produção e a indústria;
- ✓ Deslocalização dos centros de transformação industrial face às principais regiões de produção;
- ✓ Elevada concorrência de produtores de países terceiros não sujeitos às mesmas exigências em termos de higiene e segurança alimentar, condições de trabalho;
- ✓ Desmantelamento progressivo da rede ferroviária com o conseqüente aumento de custos de transporte.

MILHO

- ✓ Redução progressiva do nível de apoio direto nas explorações especializadas na sequência da reforma da PAC de 2013;
- ✓ Inexistência de estrutura interprofissional.

PRAGANOSOS

- ✓ Condições edafo-climáticas geram inconstância qualitativa e quantitativa no sequeiro;
- ✓ Muita concentração na generalidade da indústria, 1ª e 2ª transformações;
- ✓ Inexistência de estrutura interprofissional.

ARROZ

- ✓ Falta de eficiência na utilização de água por deficientes redes de rega e enxugo em certas zonas do país;
- ✓ Reduzido número de variedades nacionais adaptadas às condições edafo-climáticas do país;
- ✓ Elevado número de parcelas e explorações de pequena dimensão;
- ✓ Reduzidos meios de luta eficazes contra as infestantes, pragas e doenças;
- ✓ Cultura pouco viável sem apoios;
- ✓ Insuficiente capacidade de secagem e armazenamento de arroz em casca das OP em algumas zonas de produção.

5.3. Análise externa – Oportunidades

TODOS OS CEREAIS

- ✓ Reforço do papel das OP na “regulação mercado”;
- ✓ Capacidade que os sistemas cerealíferos têm de preservar a Biodiversidade das zonas onde se localizam, tanto em sequeiro como no regadio;

- ✓ Preservação de áreas agrícolas regadas no seio de manchas florestais, criando zonas de descontinuidade que contrariam a progressão dos incêndios;
- ✓ Definição pública da dimensão de uma reserva estratégica nacional para os setores do milho, praganosos e arroz;
- ✓ Culturas capazes de ocupar, em extensão, uma vasta área de Alqueva e dos novos regadios que vão surgindo ou que vão sendo reabilitados, previstos no Plano Nacional de Regadios;
- ✓ Investimento em tecnologias relacionadas com a agricultura de precisão, potenciando a eficiência das explorações cerealíferas;
- ✓ Reduzido grau de autoaprovisionamento;
- ✓ Valorização da qualidade sanitária da produção nacional de cereais (nomeadamente os baixos teores de micotoxinas);
- ✓ Valorização da produção nacional, tanto para a alimentação humana como animal, diferenciando-a face aos mercados não tradicionais (Ex: milho pipoca, milho para broa, cereais com baixos teores em pesticidas, etc);
- ✓ Tendência crescente da indústria, distribuição e consumidores por compras de proximidade e com rastreabilidade definida;
- ✓ Valorização por parte do consumidor da Origem Portugal;
- ✓ Existência de unidades industriais instaladas em Portugal com capacidade para escoar a produção nacional;
- ✓ Implementação da proteção integrada e de novas técnicas de proteção contra agentes bióticos;
- ✓ Criação de Sistemas de reconhecimento do contributo que os sistemas cerealíferos têm para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

MILHO

- ✓ Novos projetos que surgem, nomeadamente ao nível das Biorefinaria;

PRAGANOSOS

- ✓ Recurso a água para rega complementar pode duplicar produção por hectare;
- ✓ Desenvolvimento da produção nacional de semente certificada;
- ✓ Procura crescente de centeio e trigos BTP, trigos melhoradores, trigos biológicos.

ARROZ

- ✓ Desenvolvimento da produção nacional de semente certificada;
- ✓ Hábitos de consumo enraizados;
- ✓ Criação de Rotas do Arroz Carolino;
- ✓ Proximidade com a distribuição.

5.4. Análise externa – Ameaças

TODOS OS CEREAIS

- ✓ Elevada carga administrativa exigida às OP reconhecidas;

- ✓ Alterações climáticas maior probabilidade de ocorrência de fenómenos extremos, com incrementos no risco associado à produção;
- ✓ Abandono da atividade em algumas zonas de produção tradicionais;
- ✓ Solos de maior aptidão e com água disponível - aumento do interesse da produção e investidores por culturas permanentes;
- ✓ Custo da rega – água e energia;
- ✓ Falta de água em períodos de seca prolongada;
- ✓ Ambiente político europeu desfavorável ao regadio
- ✓ Dificuldades no licenciamento de infraestruturas hidráulicas;
- ✓ Crescentes condicionantes ao nível da produção nas zonas vulneráveis de nitratos;
- ✓ Crescente redução das substâncias ativas disponíveis ao nível nacional e europeu;
- ✓ Redução nos apoios comunitários ao setor;
- ✓ Elevados preços dos fatores de produção face aos restantes concorrentes Europeus;
- ✓ Ausência de uma Política Europeia de defesa da Biotecnologia em contraste com os concorrentes no Mercado Mundial;
- ✓ Custos de produção acrescidos resultantes de normativos comunitários cada vez mais exigentes (ambiente, segurança alimentar e proteção laboral) face a países terceiros;
- ✓ Lentidão do processo de aprovação de projetos de investimento apresentados no âmbito do PDR2020;
- ✓ Manutenção da tendência em baixa dos preços pagos à produção;
- ✓ Volatilidade dos preços;
- ✓ Pragas e doenças emergentes.

PRAGANOSOS

- ✓ Solos de menor aptidão agrícola - Aumento do interesse por atividades agrícolas com menor risco (gado, forragens) em detrimento dos cereais para grão;
- ✓ Perda de *know-how* e equipamento por força da redução drástica de áreas semeadas nos últimos anos.

ARROZ

- ✓ Preço da semente importada;
- ✓ Eventual redução das ajudas específicas;
- ✓ Alteração do padrão de consumo do arroz carolino devido ao reduzido conhecimento dos consumidores quanto à forma mais adequada para o confeccionar;
- ✓ Assimetria no poder negocial da distribuição e crescimento da quota de mercado das marcas “próprias” da Distribuição.